



350 Fifth Ave 34th Floor
New York, N.Y. 10118-3299
<http://www.hrw.org>
(212) 290-4700

Vol. 15, No. 10 (A) – Abril 2003

Me levaram em 1999, quando eu tinha treze anos. No início, me ocuparam no transporte de armas, suprimentos e outros materiais. Mais tarde, me mostraram como combater. Aprendemos a atirar com os fuzis AK-47 e outras armas. Eu era o mais jovem de uma tropa com cerca de setenta crianças e adultos. Estávamos na linha da frente e eu fiquei doente, tive surtos de malária e às vezes não tinha o que comer. Só fiquei na tropa porque foi aí que me colocaram depois de me capturarem. Não fui eu que tomei esta decisão.

—Manoel P., ex-criança-combatente da UNITA, 3 de dezembro de 2002

O CONTINGENTE ESQUECIDO

Crianças-soldados de Angola

1630 Connecticut Ave, N.W., Suite 500
Washington, DC 20009
TEL (202) 612-4321
FAX (202) 612-4333
E-mail: hrwdc@hrw.org

2nd Floor, 2-12 Pentonville Road
London N1 9HF, UK
TEL: (44 20) 7713 1995
FAX: (44 20) 7713 1800
E-mail: hrwuk@hrw.org

15 Rue Van Campenhout
1000 Brussels, Belgium
TEL (32 2) 732-2009
FAX (32 2) 732-0471
E-mail: hrwbe@hrw.org

ANGOLA
O CONTINGENTE ESQUECIDO
Crianças-soldados de Angola

I. SUMÁRIO.....	2
II. RECOMENDAÇÕES.....	5
Ao Governo de Angola.....	5
Ao países doadores a Angola.....	6
Ao Fundo das Nações Unidas a Infância.....	6
Ao Banco Mundial.....	6
III. ANTECEDENTES.....	7
IV. USo de crianças na guerra desde 1998.....	8
Rapazes que serviram na UNITA.....	9
Jovens do sexo feminino na UNITA.....	12
Crianças-soldados usadas pelas FAA.....	15
V. CRIANÇAS-SOLDADOS EM ANGOLA APÓS O CONFLITO.....	16
Desmobilização dos soldados da UNITA.....	16
Vida nos acampamentos.....	18
Crianças levadas de volta às suas comunidades.....	20
VI. ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS.....	21
VII. O FUTURO.....	24
VIII. NORMAS LEGAIS.....	25
IX. CONCLUSÃO.....	27
Reconhecimentos.....	28



I. SUMÁRIO

A idade influenciou muito a decisão sobre quem deveria receber os benefícios do governo devido à desmobilização [as crianças-combatentes foram excluídas], mas a idade não foi considerada no início, quando decidiram recrutar crianças.

—Ativista angolano dos direitos humanos, 28 de novembro de 2002

Me levaram em 1999, quando eu tinha treze anos. No início, me ocuparam no transporte de armas, suprimentos e outros materiais. Mais tarde, me mostraram como combater. Aprendemos a atirar com os fuzis AK-47 e outras armas. Eu era o mais jovem de uma tropa com cerca de setenta crianças e adultos. Estávamos na linha da frente e eu fiquei doente, tive surtos de malária e às vezes não tinha o que comer. Só fiquei na tropa porque foi aí que me colocaram depois de me capturarem. Não fui eu que tomei esta decisão.

—Manoel P., ex-criança-combatente da UNITA, 3 de dezembro de 2002

Um acordo celebrado entre as forças armadas do Governo e o maior grupo da oposição, a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), trouxe paz à extensão continental de Angola em abril de 2002. Cerca de 100.000 combatentes adultos da UNITA foram aquartelados junto com suas famílias. Destes, 5.000 foram integrados à polícia nacional e às forças armadas, e os restantes foram submetidos a um programa formal de desmobilização. A maioria dos combatentes adultos (18 anos ou mais de idade) receberão documentos de desmobilização e de identificação com foto, um salvo-conduto, um pagamento de 5 meses de salário baseado na posição ou graduação militar, além de subsídio de alimentação. Também deverão receber um subsídio de transporte e equipamentos de reinstalação, assim que voltarem às suas comunidades originais. No entanto, os combatentes jovens de ambos os sexos (de no máximo 17 anos) não foram incluídos no programa de desmobilização e receberam somente os documentos de identificação e o auxílio alimentício distribuído pela comunidade internacional às unidades familiares ligadas aos combatentes.

O atual programa de desmobilização discrimina contra as crianças e adolescentes, muitos dos quais tiveram as mesmas incumbências que os adultos durante o conflito. Ele agrava a injustiça que estas crianças já enfrentaram: o uso de crianças no conflito armado é expressamente proibido pela Carta Africana sobre os Direitos e o Bem-estar da Criança, e a participação das crianças em conflitos armados está entre as piores formas de trabalho infantil, conforme se define na Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil. Como signatário destes instrumentos, o governo de Angola assumiu a obrigação geral de cuidar, proteger, recuperar e reintegrar as crianças afetadas pelos conflitos armados.

A falta de assistência direta a crianças ex-combatentes¹ e o fracasso de sua inclusão nos programas de desmobilização prejudica os direitos dos jovens de ambos os sexos que serviram durante a guerra, além de ser um retrocesso nas práticas anteriores seguidas por Angola. Após a assinatura do Protocolo de Lusaka em 1994, que propiciou um cessar-fogo temporário, aproximadamente 9.000 adolescentes combatentes do sexo masculino, tanto da UNITA como do Governo, foram inscritos em um programa de desmobilização. Apesar desse programa ter tido sucesso apenas parcial e apesar de não ter incluído adolescentes combatentes do sexo feminino, ele é um contraste evidente à atual falta de assistência formal aos jovens que serviram nos últimos anos da guerra.

Não existem dados oficiais sobre o número de crianças que combateram com a UNITA e o Governo na última retomada da guerra, no período de 1998 a 2002. A Coligação pelo Fim do Uso de Crianças-Soldados estima que 7.000 crianças serviram nas forças da UNITA e com as Forças Armadas Angolanas, (FAA), do Governo.² Pessoas envolvidas com a proteção de crianças em Angola informaram que pode chegar a 11.000 o

¹ Neste relatório, a palavra “criança” significa qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade. O artigo 1 da Convenção sobre os Direitos da Criança define a criança como “qualquer ser humano com menos de 18 anos de idade, exceto se, pela lei aplicável no país às crianças, a maioridade for conferida em idade inferior”. Convenção sobre os Direitos das Crianças, Res. G.A. 44/25, Doc. A/RES/44/25 da ONU.

² Coalizão pelo Fim do Uso de Crianças-Soldados, *Relatório Global sobre Crianças-Soldados de 2001*, 12 de junho de 2001.

número de crianças, de ambos os lados, que possivelmente viveram e trabalharam em condições de combate. Algumas crianças receberam armas e treinamento para o uso das mesmas e atuaram diretamente nos combates. Muitas outras atuaram como carregadores, cozinheiros, espiões e esposas dos soldados da UNITA. Mas seja que função tiveram, seu trabalho foi certamente perigoso e teve impacto emocional sobre muitas destas crianças.

As crianças entrevistadas para este relatório falaram das provações por que passaram ao servirem sob o comando da UNITA durante a guerra. Encarregadas da perigosa tarefa de levar e trazer mensagens da frente de batalha, descreveram as condições de combate e seu temor de “desaparecer” ou morrer. A função que uma criança tinha na UNITA dependia de seu tamanho; as crianças menores cozinhavam, faziam o serviço doméstico ou recolhiam alimentos, enquanto que as crianças maiores carregavam armas e participavam dos combates. Os pesquisadores da Human Rights Watch entrevistaram um rapaz que tinha 11 anos ao iniciar o serviço na UNITA. Ele nos disse: “Sofri muito na guerra. Tive que carregar equipamento pesado, armas e munições e trabalhar nas linhas da frente.”³

As meninas ou adolescentes serviam na UNITA como criadas ou serviçais, ajudantes e “esposas” para os soldados. As mulheres e adolescentes também eram forçadas a servir de “mulheres de conforto” a convidados da UNITA em visita às áreas que esta dominava na guerra. Depois da guerra, muitas destas jovens eram agora mães morando nas áreas de aquartelamento, com ou sem seus “maridos”. Outras jovens viviam com seus familiares e não eram tão facilmente identificáveis como grupo separado. No processo de desmobilização que se seguiu ao Protocolo de Lusaka, as jovens não foram incluídas em nenhuma programação formal. As jovens que viveram e trabalharam sob condições de combate não recebem atualmente nenhuma assistência específica e é grande o risco de que suas necessidades sejam mais uma vez ignoradas.

Adolescentes de ambos os sexos falaram da rígida estrutura de comando da UNITA e das severas punições aplicadas em caso de desobediência às regras. Os soldados açoitavam as crianças por não seguirem as ordens ou forçavam-nas a suportar cargas pesadas. Outra forma comum de punição era ordenar às crianças que fossem apanhar lenha e alimentos em áreas dominadas pelas FAA. Uma criança relatou ter sido mantida em água muito fria durante muitas horas por ter-se esquivado a realizar uma tarefa. Muitos destes mesmos comandantes, desmobilizados em 2002, controlavam ainda a informação e o acesso às pessoas abrigadas nas áreas de aquartelamento, se bem que as crianças foram unânimes em afirmar que os abusos físicos haviam cessado.

As organizações internacionais prestaram serviços básicos de alimentação e assistência médica aos residentes de muitas das áreas de aquartelamento. Porém o mau estado das estradas, aliado à época da chuva de dezembro a abril, que fez com que minas mais profundas reaparecessem na superfície do solo, dificultaram a prestação destes serviços e impediram que algumas áreas recebessem assistência. Para facilitar o apoio logístico, os alimentos eram distribuídos às unidades familiares por intermédio de um chefe designado da família. As crianças-soldados não se qualificavam como chefes de família e tinham que se associar a uma família qualquer, tivessem ou não laços familiares com a mesma, para receber sua parcela de assistência. Os jovens de ambos os sexos explicaram que, em alguns casos, as famílias acabavam lhes dando uma parcela insuficiente e que eles eram geralmente os últimos a conseguir algo de comer. Apesar de terem afirmado que as condições de vida melhoraram muito após o fim da guerra, ainda não dispõem dos artigos básicos de sobrevivência nos acampamentos. As crianças revelaram que lhes faltam ainda roupas, cobertores ou mantas, sapatos e materiais escolares.

O governo de Angola também usou crianças-soldados após a guerra, apesar das leis nacionais proibirem seu recrutamento obrigatório. Muitas foram recolhidas e forçadas a combater pelas FAA durante esforços de recrutamento em áreas dominadas pelo governo. Alguns rapazes recebiam treinamento sobre o uso das armas e combatiam nas linhas de frente. Outros trabalhavam como operadores de rádio e na execução de reparos mecânicos. Em cooperação com agências internacionais, o governo liberou alguns rapazes que guarneciam posições na capital, Luanda, em 2002. Observadores que trabalhavam nas províncias informaram à Human Rights Watch que soldados menores de idade ainda serviam nas FAA em áreas rurais, geralmente longe do

³ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

escrutínio da comunidade internacional, e que uma desmobilização mais ampla ainda estava para ocorrer.⁴ Por exemplo, um jornalista disse à Human Rights Watch que havia entrevistado um adolescente de 14 anos que ainda servia nas FAA na província de Kwanza-Sul em meados de 2002.⁵

As crianças que foram desligadas das FAA não receberam nenhum dos benefícios oferecidos a ex-combatentes. Foram enviadas de volta às suas famílias ou parentes em seus locais de origem, porém não lhes foram oferecidos abrigos e alimentos adequados, atendimento de saúde e oportunidades educacionais, situação esta antagônica ao compromisso assumido por Angola de cuidar e recuperar as vítimas do conflito armado. Alguns assistentes sociais salientaram que as condições destas crianças são tão penosas que muitas declararam estar prontas para voltar às forças armadas onde pelo menos tinham a garantia de algo para comer e um lugar seco para dormir.

Milhares de crianças ex-combatentes da UNITA, que estarão sendo levadas dos acampamentos aos centros de transferência e de volta às suas regiões de origem em 2003, terão provavelmente que enfrentar muitas das mesmas dificuldades enfrentadas por aquelas que já foram desligadas das FAA. Enquanto encontravam-se nos acampamentos, estas crianças tinham acesso à assistência alimentícia e a algum atendimento de saúde—um luxo que muitas outras crianças de Angola não têm. Ao serem entrevistadas para este relatório, as crianças mostraram-se preocupadas ao falar do futuro e da dificuldade de entender e aceitar seu passado violento, sublinhando a necessidade de uma orientação psicossocial específica e de sua integração à comunidade.

Alguns programas comunitários empreendidos pelo Governo para a reabilitação de crianças foram planejados com o apoio da comunidade internacional. Os programas promovem a reabilitação familiar e comunitária, mas não fazem menção específica às crianças-combatentes, supostamente porque tal identificação prejudicaria sua reintegração. Apesar destes programas poderem fortalecer a coesão comunitária a curto prazo, sua omissão na escolha específica de crianças-combatentes de ambos os sexos como alvo de programas reconhecidos indica que muitas destas crianças e suas necessidades especiais em termos de recuperação e reabilitação continuarão ignoradas. Além disso, presume-se que estas crianças ex-combatentes disponham de famílias e das comunidades para prestar-lhes assistência, o que nem sempre acontece. Finalmente, a continuidade da paz e da estabilidade no campo depende em parte do sucesso da reintegração daqueles que pegaram em armas. Se as crianças-combatentes forem deixadas à margem do processo, corre-se o risco de que pelo menos algumas delas caiam nas mãos de elementos que procuram desestabilizar a transição de Angola a uma situação de paz completa.

Depois de décadas de guerra civil, a infra-estrutura de Angola encontra-se em ruínas. Encontram-se minas terrestres por toda parte no campo, e hospitais, clínicas de saúde e escolas foram destruídos nos combates. A falta de profissionais qualificados no interior significa que os serviços básicos de saúde e educação não estão disponíveis para a maioria da população. Apesar destas áreas terem sido identificadas como prioritárias em 2003, o governo terá que cumprir sua promessa de garantir a implantação progressiva dos direitos à educação e ao padrão mais elevado possível de saúde. O sucesso final dos programas de reintegração de crianças ex-combatentes em suas comunidades depende do nível de acesso que elas tiverem aos serviços sociais básicos.

Angola assumiu a presidência da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, em inglês) em outubro de 2002 e, a partir de janeiro de 2003, um assento no Conselho de Segurança das Nações Unidas. A maior proeminência internacional de um país deveria se fazer acompanhar também de uma maior responsabilidade social e ética perante seus cidadãos e o oferecimento a eles de maiores benefícios. É preciso que a comunidade internacional pressione o governo de Angola para cumprir tais obrigações. Apesar das agências das Nações Unidas e das organizações não governamentais poderem e deverem ter um papel em atividades humanitárias e de desenvolvimento, é o Governo que tem a responsabilidade principal por garantir os direitos à educação e à saúde e por cuidar da reabilitação das crianças ex-combatentes.

⁴ Entrevistas da Human Rights Watch, Bié, 28 de novembro, e Moxico, 2 de dezembro de 2002.

⁵ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 20 de novembro de 2002.

Este relatório destaca a difícil situação atual de crianças e adolescentes que combateram na guerra civil e a falta de programas para atender às suas necessidades específicas. Mas praticamente todas as crianças de Angola foram afetadas pelo conflito. O Governo deveria estabelecer como prioritário o trabalho para garantir os direitos à educação e ao mais alto padrão de saúde possível para todas as crianças e adolescentes. Como os menores de 18 anos representam 60% da população do país, depende disto a existência de paz e prosperidade no futuro de Angola.

Métodos

Este relatório baseia-se em uma pesquisa realizada em Angola em novembro e dezembro de 2002. Conduzimos entrevistas na capital, Luanda, e em duas províncias, Bié e Moxico. Os pesquisadores da Human Rights Watch entrevistaram jovens que haviam combatido, ainda crianças, para a UNITA e para as FAA. Os rapazes ex-combatentes foram entrevistados individualmente e as moças ex-combatentes, em grupos. Não foi possível combinar com as autoridades dos acampamentos a realização de entrevistas confidenciais e privadas com as jovens do sexo feminino. A informação aqui apresentada sobre abuso sexual das jovens foi retirada de pesquisas feitas anteriormente em 1998 e 1999 pela Human Rights Watch feitas, entrevistas do pessoal da área de assistência que trabalhava com essas jovens nos acampamentos, e entrevistas privadas com rapazes combatentes.

Também conversamos com líderes militares tanto anteriores como atuais, representantes de organizações não governamentais (ONG) nacionais e internacionais, membros do clero, funcionários da Organização das Nações Unidas e autoridades do governo. Os nomes, identidades e origem das crianças entrevistadas para a preparação deste relatório foram mudados ou omitidos para protegê-las.

II. RECOMENDAÇÕES

Ao Governo de Angola

- Garantir que os programas de desmobilização e reabilitação não discriminem as crianças com base na sua idade. Os programas devem ser adaptados para atender às necessidades próprias das crianças, não permitir que elas sejam estigmatizadas em suas comunidades, e incluam treinamento vocacional e orientação psicossocial.
- Todos os programas devem enfatizar a inclusão das adolescentes do sexo feminino e atender às suas necessidades e direitos específicos, entre eles, o atendimento de saúde reprodutiva, o atendimento de saúde para seus filhos, orientação, exames e tratamento do HIV/AIDS, orientação às vítimas da violência sexual, e treinamento educacional e vocacional. Os programas devem também oferecer a oportunidade e os meios para que as jovens deixem seus “maridos” [muitas delas foram forçadas a tais relacionamentos sexuais durante a guerra] se assim o desejarem.
- Aprovar legislação para dispensar de recrutamento futuro pelo exército das crianças que combateram durante o conflito, medida a que já se obrigaram representantes governamentais em reuniões referentes à proteção das crianças realizadas no início de 2003.
- Certificar-se de que não existam mais crianças servindo nas Forças Armadas de Angola (FAA), e desmobilizar prontamente qualquer criança encontrada em tais tropas.
- Ratificar o Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Crianças relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados e emitir uma declaração de compromisso estabelecendo os 18 anos como idade mínima para o recrutamento de voluntários.
- Como questão prioritária, garantir os direitos das crianças à educação primária gratuita e ao mais alto padrão de saúde que for possível.
- Garantir que a nenhuma criança seja negada a matrícula em programas de educação primária por razões de idade. Se necessário, criar classes específicas de crianças afetadas pela guerra, que perderam oportunidades de educação.
- Apresentar ao Comitê dos Direitos das Crianças os relatórios que encontram-se atrasados, salientando as questões de proteção e os esforços de reabilitação em curso em Angola.

- Divulgar integralmente os montantes alocados aos programas dirigidos às crianças e disponibilizar publicamente um relatório auditorado das despesas efetivas, de forma regular e oportuna.
- Disponibilizar uma lista detalhada de todos os programas dirigidos a crianças que sejam financiados por agências multilaterais, organizações não governamentais e outras agências humanitárias e parceiros do setor privado.

Ao países doadores a Angola

- Oferecer assistência técnica e financeira ao Governo de Angola na criação de programas de desmobilização e reabilitação que sejam apropriados às crianças. Os doadores devem procurar examinar experiências passadas em Angola e exemplos de outros países da África para aperfeiçoar o funcionamento dos programas e devem, também, garantir que as adolescentes do sexo feminino sejam incluídas no processo.
- Usar os meios diplomáticos e outros meios que sejam adequados para convencer o governo de que nenhum jovem menor de 18 anos deve servir nas Forças Armadas de Angola.
- Continuar a auxiliar as agências humanitárias que trabalham em Angola a proteger e cuidar das crianças afetadas pelo conflito. Nos casos apropriados, insistir para que o financiamento de programas de assistência a crianças ex-combatentes inclua também atender às necessidades específicas de orientação psicossocial e reabilitação.
- Como requisito para continuar a oferecer assistência, os doadores devem insistir que o Governo torne públicas todas as origens de receitas, detalhando receitas e despesas e apresentando um orçamento sem discrepâncias substanciais que não possam ser explicadas. Mais particularmente, estas disposições devem ser seguidas fielmente pelos programas dirigidos às crianças.

Ao Fundo das Nações Unidas a Infância

- Auxiliar o Governo na elaboração de documentos de isenção das crianças que combateram no conflito para garantir que não sejam convocadas novamente ao serviço militar no futuro.
- Garantir que os planos existentes de reabilitação com base na comunidade incluam disposições voltadas às crianças ex-combatentes que sejam adequadas às suas necessidades. Oferecer assistência contínua a Angola na elaboração, planejamento e implantação de programas de desmobilização e reabilitação voltados às crianças ex-combatentes, com ênfase nas jovens do sexo feminino que foram usadas no conflito. Identificar crianças-soldados nos acampamentos e centros de transferência e acompanhar seus movimentos para garantir que estas crianças sejam incluídas em programas futuros. Ao estruturar os programas, usar os critérios definidos nos Princípios da Cidade do Cabo, de forma a beneficiar todas as crianças envolvidas na guerra.
- Aproveitar a experiência passada de Angola e exemplos de outros países da África ao buscar aperfeiçoar o funcionamento dos programas de desmobilização das crianças e garantir que as jovens sejam também incluídas no processo.
- Continuar a trabalhar com o governo com o fim de desligar toda e qualquer criança que ainda esteja servindo nas FAA e ampliar os programas às bases militares do interior.
- Ampliar as operações para incorporar mais províncias e reforçar os atuais escritórios de campo para trabalhar com crianças afetadas pelo conflito.

Ao Banco Mundial

- Modificar os planos existentes sob o Projeto de Emergência para a Desmobilização e Reintegração de Angola (ADRP, em inglês) de forma a oferecer assistência financeira adicional aos ex-combatentes menores de idade. Garantir que os programas identifiquem corretamente as crianças-soldados e as incluam na reabilitação comunitária, treinamento educacional e técnico e orientação psicossocial dirigidos aos ex-combatentes. Aproveitar a experiência de outros projetos de desmobilização de crianças financiados pelo Banco Mundial na África. Incluir as jovens em todos os aspectos do projeto.
- Usar a influência sobre o Governo devido ao financiamento e implantação do ADRP para garantir que as crianças ex-combatentes recebam prioridade.

III. ANTECEDENTES

A assinatura, em 4 de abril de 2002, do Memorando de Entendimento entre o Governo de Angola e a UNITA encerrou décadas de combate na área continental de Angola. A luta pela independência de Portugal, iniciada nos anos 60, fez com que três grupos nacionalistas se enfrentassem para obter o controle do país. Com a saída de Portugal em 1975, um destes grupos, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), ocupou a capital. Os dois outros grupos aliaram-se na luta contra o governo do MPLA e o conflito que se seguiu entre o MPLA e a UNITA continuou por mais 27 anos. O apoio ao MPLA vinha de Cuba e da União Soviética, enquanto que o governo de *apartheid* da África do Sul e o governo dos EUA deram assistência à UNITA.

De 1975 a 2002, foram empreendidas várias negociações com o fim de cessar as hostilidades, as quais resultaram infrutíferas. Após uma primeira tentativa fracassada de 1989, os Acordos de Bicesse, assinados em maio de 1991, trouxeram paz ao país durante um ano. Durante este período, foram realizadas eleições nacionais, nas quais venceu o Presidente José Eduardo dos Santos, do MPLA, contra o candidato Jonas Savimbi, da UNITA. Com o repúdio pela UNITA dos resultados eleitorais, o país voltou à guerra em outubro de 1992. As derrotas territoriais da UNITA no interior, durante 1994, levaram a negociações posteriores entre os dois adversários, as quais culminaram na assinatura do Protocolo de Lusaka de novembro desse ano.

O Protocolo de Lusaka, que permitiu uma trégua precária durante quatro anos, foi prejudicado por combates esporádicos e violações de ambas as partes. Tanto o Governo como a UNITA continuaram a se preparar para a guerra durante esse período, adquirindo armas por meio da venda de petróleo e diamantes, respectivamente. Apesar das Nações Unidas terem estabelecido uma Divisão de Direitos Humanos em seguida ao Protocolo de Lusaka, a falta de transparência e de denúncia pública dos infratores do acordo prejudicou a eficácia da divisão. Raramente as partes eram responsabilizadas por suas violações dos direitos humanos. Em 1998, reiniciou-se a guerra declarada entre o Governo e a UNITA.⁶

O período final da luta de 1998 a 2002 foi marcado por amplas violações dos direitos humanos por ambas as partes. Os combatentes do Governo e da UNITA deslocaram civis à força, numa tentativa de remover todo apoio à oposição. Ambos os grupos atacaram a população civil, bombardeando áreas civis e distribuindo minas pelo campo. O Governo estima que o número de civis desabrigados duplicou nesse período, atingindo mais de 4 milhões de pessoas, além dos 435.000 refugiados em países vizinhos. Durante esses últimos quatro anos de conflito, as forças da UNITA invadiram aldeias e raptaram crianças e adultos, forçando-os a combater em suas fileiras. As forças do Governo também intensificaram o recrutamento, forçando muitos soldados menores ao serviço militar.⁷

Apesar dos fracassos de acordos anteriores, é grande a probabilidade de que a atual paz seja duradoura. A morte de Jonas Savimbi em fevereiro de 2002 levou a UNITA de volta à mesa de negociações e removeu um dos maiores obstáculos à paz. Desde a assinatura do Memorando de Entendimento em abril de 2002, nenhum combate irrompeu entre os dois grupos, os quais parecem determinados a manter a paz, juntamente com o resto da população do país. Os representantes da UNITA foram incorporados ao Governo, ocupando cargos ministeriais e diplomáticos. O processo de desmobilização continuou e os soldados da UNITA entregaram suas armas e recolheram-se aos acampamentos. No entanto, a não participação das crianças-soldados nestes programas de desmobilização prejudica a legitimidade dos mesmos e poderá ter sérias implicações para o futuro da estabilidade e da ordem pública.

Após o Protocolo de Lusaka de 1994, a Comissão de Desmobilização deu início a um programa formal para as crianças, registrando 9.133 soldados menores de idade. Destes, 5.171 foram desmobilizados. Os rapazes

⁶ Para ver uma análise abrangente do Processo de Paz de Lusaka, consultar Human Rights Watch, *Angola explicada: ascensão e queda do Processo de Paz de Lusaka* (Nova York: Human Rights Watch, 1999).

⁷ Consultar Human Rights Watch, *Organização das Nações Unidas: protecção dos deslocados internos em Angola*, press release da Human Rights Watch, 5 de março de 2002. Ver também Médecins sans Frontières, *Angola: Sacrifice of a People [Angola: sacrifício de um povo]*, outubro de 2002.

foram aquartelados, receberam um subsídio monetário, alimentos e roupas para seu retorno à sociedade, e foram transportados aos seus locais de origem dentro de um período alvo de seis meses. Foi também estabelecido um programa de acompanhamento para estas e outras crianças separadas durante a guerra, com o fim de garantir a volta das crianças às suas famílias ou parentes mais próximos.⁸

O processo anterior de desmobilização infantil teve problemas de implementação, estrutura e capacidade de reintegrar satisfatoriamente os participantes. Muitas das crianças permaneceram nos acampamentos muito mais do que o período previsto de seis meses, às vezes por mais de um ano. As dificuldades de estabelecimento do programa, a falta de pessoal qualificado e a manipulação política são razões que explicam algumas dessas demoras. Das crianças que foram registradas, pouco mais da metade foram desmobilizadas, sendo 4.811 do lado da UNITA e 360 das FAA. Os atrasos na oferta de benefícios e os temores de que as crianças fossem recrutadas de novo pela UNITA, quando a possibilidade de guerra ainda pairava no horizonte, levou muitas crianças registradas a simplesmente fugirem dos centros sem submeter-se ao processo formal de reintegração. A falta de separação nos centros entre os soldados adultos e os adolescentes significa que os comandantes da UNITA exerciam controle efetivo sobre estas crianças, fator este que estudos realizados após o conflito identificaram como um empecilho à sua reabilitação. Finalmente, o acesso ao programa limitou-se inicialmente aqueles que podiam mostrar a posse de uma arma, o que impediu a inscrição de muitas crianças ex-combatentes.⁹

Estavam omitidas flagrantemente do processo de desmobilização as disposições relativas às jovens e às crianças incapacitadas. Apesar do uso de meninas e adolescentes ter sido bem documentado, elas foram ignoradas na concepção e execução do programa. As crianças consideradas como incapacitadas pela guerra também não receberam benefícios. Os planos atuais, que focalizam a reabilitação no seio da família ou da comunidade e não incluem programas específicos para as crianças-soldados, correm o risco de que estes dois grupos sejam novamente esquecidos. Em outras situações pós-conflito, a falta de atenção à reabilitação das jovens fez com que aquelas que não dispunham de famílias ou do apoio comunitário eram forçadas a se defender por si sós. O exemplo de Serra Leoa, onde jovens ex-combatentes foram forçadas a viver nas ruas ou a trabalhar com o sexo é uma advertência sobre os perigos de excluir as jovens dos programas de desmobilização.¹⁰

IV. USO DE CRIANÇAS NA GUERRA DESDE 1998

A posição da Human Rights Watch é a de que nenhum jovem com menos de 18 anos deve ser recrutado voluntária ou involuntariamente pelas forças armadas, sejam estas de natureza governamental ou não governamental. Durante a guerra, tanto a UNITA como o Governo recrutaram crianças à força para atuarem no conflito, em violação aos tratados e convenções aos quais estavam obrigados. As forças armadas de ambos os lados sujeitaram essas crianças a torturas e maus tratos, a trabalhos perigosos e, no caso das jovens, à violência sexual. O recrutamento e uso de crianças constituíram violações aos seus direitos humanos fundamentais e impediram-nas de alcançar os mais altos padrões de saúde, educação e desenvolvimento. Em seu depoimento ao Terceiro Comitê da Assembléia Geral das Nações Unidas, Graça Machel, que havia dirigido o estudo, assim resumiu o efeito da guerra sobre os direitos das crianças: “A guerra viola todos os direitos da criança: o direito à vida, o direito de crescer em um ambiente familiar, o direito à saúde, o direito a desenvolver-se integralmente e o direito de ser sustentada e protegida, entre outros.”¹¹

⁸ Christian Children’s Fund, *Let Us Light a New Fire* [Vamos acender um novo fogo] (Luanda, Angola: Editora Humber, 1998), págs. 55-60.

⁹ Ibid. Ver também Beth Verhey, *Child Soldiers: Preventing, Demobilizing and Reintegration* [Crianças-soldados: prevenção, desmobilização e reintegração], novembro de 2001, No. 23 da Série de Documentos de Trabalho da Região da África, Press Release da ONU, SC/6830, 23 de março de 2000.

¹⁰ Verhey, *Child Soldiers* [Crianças-soldados], pág. 7; entrevistas da Human Rights Watch, Luanda, 20 e 26 de novembro de 2002; Comissão de Mulheres para as Mulheres e Crianças Refugiadas, *Precious Resources: Adolescents in the Reconstruction of Sierra Leone* [Recursos preciosos: adolescentes na reconstrução de Serra Leoa] (Nova York: Women’s Commission for Refugee Women and Children, 2002), págs. 42-50.

¹¹ Graça Machel, Declaração ao Terceiro Comitê da Assembléia Geral das Nações Unidas, 8 de novembro de 1996.

Rapazes que serviram na UNITA

O número exato de crianças usadas pela UNITA desde 1998 permanece desconhecido, apesar de haver estimativas de que pelo menos 6.000 crianças pegaram em armas para a UNITA.¹² O número real deve ser bastante superior e, para chegar ao mesmo, depende-se da definição que for usada de início. A definição preferida pela comunidade internacional e promovida pela Human Rights Watch é conhecida como a definição da Cidade do Cabo, a qual define uma criança-soldado como “qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade que participe de qualquer força ou grupo armado, regular ou irregular, em quaisquer funções, as quais incluem mas não se limitam às de cozinheiros, carregadores e mensageiros, bem como as que acompanham tais grupos, exceto se o fizerem apenas como familiares.”¹³ Ao encaixar esta descrição na guerra civil angolana, outros milhares poderiam ser acrescentados ao total precedente de 6.000 crianças.

Ao passar por cidades e vilas, os soldados da UNITA forçaram crianças e famílias a segui-los. Apesar de algumas crianças terem trabalhado voluntariamente para a UNITA, outras foram raptadas enquanto caminhavam para suas escolas, mercados ou de volta à casa. As crianças capturadas nestes ataques serviam como “soldados-aprendizes” ou “auxiliares”. No início, recebiam tarefas subalternas, mas mais tarde estes soldados-aprendizes recebiam armas e treinamento, tornando-se combatentes. Todas as crianças entrevistadas para este relatório descreveram as penosas condições da guerra, a rígida hierarquia da UNITA e seu desejo de finalmente sepultar as dificuldades que sofreram no passado. Apresentamos a seguir alguns exemplos representativos (assim como em outras partes deste relatório, seus nomes foram mudados para proteger suas identidades).¹⁴

Marcos M. disse à Human Rights Watch:

Eu tinha treze anos quando os soldados apareceram e me levaram. Estava sozinho em minha casa porque meus pais tinham ido ao centro da cidade e, por alguma razão, não estavam presentes quando os soldados chegaram. Os homens armados me disseram que eu tinha o dever de ajudá-los e, então, deram-me materiais roubados para carregar. Eu não tive opção. Não me trataram mal, no início. Mais tarde, me deram armas, munição e granadas.¹⁵

Manoel P. teve experiência semelhante:

Me levaram em 1999, quando tinha treze anos. No início, me usaram para o transporte de armas, suprimentos e outros materiais. Havia outras crianças em nosso grupo, cerca de trinta delas. Logo depois nos treinaram para o combate. Usamos os fuzis AK-47 e outras armas. Eu era o mais jovem da minha tropa de cerca de setenta pessoas, entre crianças e adultos. Estive na linha de frente, fiquei doente, com surtos de malária e, às vezes, sem nada para comer. Só estive na tropa porque me capturaram e me forçaram. Não foi minha própria decisão.¹⁶

Como outros rapazes entrevistados para este relatório, Luiz J. também combateu na guerra. “Participei dos combates e das ações. No início, me fizeram carregar as coisas e ajudar a preparar a comida, mas mais tarde

¹² Coalizão pelo Fim do Uso de Crianças-Soldados, *Global Report on Child Soldiers 2001* [Relatório global de crianças-soldados], 12 de junho de 2001; ver também The World Bank, *Technical Annex for a Proposed Grant of SDR 24 Million (U.S.\$ 33 Million Equivalent) to the Republic of Angola for an Angola Emergency Demobilization and Reintegration Project* [Apêndice técnico de proposta de verba de SDR\$24 milhões (equivalente a U.S.\$33 milhões) para o projeto de desmobilização e reintegração de emergência em Angola] (Documento do Banco Mundial: Relatório No. T7580-ANG, 7 de março de 2003), pág. 31.

¹³ Cape Town Principles and Best Practice on the Prevention of Recruitment of Children into the Armed Forces and Demobilization and Social Reintegration of Child Soldiers in Africa, Cape Town, South Africa, April 30, 1997 [Princípios e Melhores Práticas de Prevenção do Recrutamento de Crianças-Soldados pelas Forças Armadas na África, Cidade do Cabo, 30 de abril de 1997][online], <http://www.globalmarch.org/virtuallibrary/dci/prevention-armed-forces.htm> (informação obtida em 5 de março de 2003).

¹⁴ Human Rights Watch, *Angola explicada*, pág. 84; Médecins sans Frontières, *Sacrifice*, pág. 11.

¹⁵ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

¹⁶ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

me ensinaram a combater. Com 14 anos, eu era o mais jovem na minha unidade, apesar de haver outros de 15 e 16 anos. Vi pessoas na minha frente perderem seus braços. . . .”¹⁷

O papel dado a uma criança no combate dependia do seu tamanho e do tempo de serviço que já tinha na UNITA. As crianças mais jovens e inexperientes realizavam tarefas não especializadas, ao passo que os rapazes maiores chegavam a usar as armas. Um homem em torno de vinte anos detido pela UNITA durante vários meses explicou que somente as crianças acostumadas com o espírito da guerrilha eram escolhidas para as forças de combate. Isto exigia conhecimento do movimento e a conquista da confiança dos soldados. O outro fator era o tamanho da criança; as crianças mais desenvolvidas fisicamente eram escolhidas para o treinamento em armas e podiam ser prestigiadas com a oferta para usar o uniforme.

Um jornalista que trabalhava em uma província da região sudeste visitou um acampamento da UNITA e entrevistou crianças que declararam inicialmente terem operado os rádios, mas depois acabaram admitindo terem participado do combate. Um rapaz deu detalhes de seu treinamento no quartel geral de Jamba da UNITA, na província de Cuando Cubango, sobre o uso de armas automáticas; ele tinha sido enviado ao combate com apenas 14 anos. De forma semelhante, um bom número das crianças entrevistadas pela Human Rights Watch primeiro informaram que trabalhavam no transporte de armas e somente depois revelaram sua participação no combate propriamente dito. É devido a esta reticência que as autoridades de Angola têm que implementar um programa substancial de desmobilização que não só conte com a participação das crianças mas que também seja concebido para atender às suas necessidades, baseando-se nas suas experiências variadas de guerra. Somente a partir de um entendimento mais completo sobre o papel e o grau de participação das crianças no combate, será possível criar um programa de reabilitação realmente adequado.¹⁸

O mero fato de servir como carregador pode ser extremamente perigoso. Como nos disse Carlos B.:

Eu estava com minha família, tivemos que sair devido à guerra – os combates chegaram onde morávamos e tivemos que fugir. Eu tinha 16 anos. Nosso trabalho era carregar coisas pesadas, como por exemplo, os projéteis de morteiros. Havia outras crianças no meu grupo, éramos de trinta a quarenta crianças de 14 a 16 anos de idade. Nosso trabalho principal era carregar as munições desde as bases na altura até as linhas de frente. Era um trabalho difícil porque as cargas eram pesadas. Passávamos fome, não tínhamos roupas adequadas e, às vezes, as pessoas simplesmente “desapareciam”.¹⁹

João F., de 17 anos:

Houve um momento em que as forças do Governo atacaram nossas aldeias, então eu tive que fugir com meus irmãos, tios e pai. Eu era responsável por carregar o fardo de meu tio, seus materiais, arma e munições. De noite, eu entrava pelo mato procurando comida. Esta era uma atividade perigosa, podia-se deparar de repente com um grupo de combatentes das forças do Governo. Além disso, tinha que levar e trazer mensagens das linhas de frente, às vezes durante o próprio combate. Isto era muito perigoso porque estávamos muito próximos à frente, na linha de combate. Se não tivéssemos sorte, poderíamos ser capturados ou abatidos. Depois, começaram a me mandar às vezes a fazer patrulha e a espiar as tropas do Governo, ver o que estavam fazendo em suas bases.

¹⁷ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

¹⁸ Entrevistas da Human Rights Watch, 3 e 4 de dezembro de 2002; ver também Justin Pearce, “No-One Fighting for Angola’s Child Soldiers” [Ninguém luta pelas crianças-soldados de Angola], *Transmissão da BBC News UK*, 19 de novembro de 2002.

¹⁹ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002. Em várias entrevistas, as crianças usaram o termo “desaparecer” ao invés de “morrer”. Isto parece estar associado à crença em muitas regiões de Angola de que a vida não termina após a morte, mas que o espírito continua e tem um papel importante na vida dos vivos, dando-lhes proteção, orientação e garantindo a harmonia comunitária. Assim, o corpo físico desaparece mas o espírito continua vivo. Ver *Christian Children’s Fund, Let Us Light a New Fire* [Vamos acender um novo fogo], págs. 19-24.

Durante uma noite em que saí junto a outras crianças para apanhar alimentos, fomos capturados pelas tropas do Governo. Éramos dez rapazes no total. O mais jovem tinha 13 anos naquela época.²⁰

Marcos M. havia se mudado tantas vezes desde seu nascimento que não conseguiu responder onde era seu verdadeiro lar:

Trabalhei com as tropas durante quase três anos. Havia muitas crianças, todos fazíamos o mesmo trabalho, carregávamos armas e outras coisas. Ajudávamos a cozinhar e a apanhar lenha. Carreguei fuzis AK-47 e granadas, porém não participei de nenhum combate, isto era para os mais velhos, os que tinham mais de 15 anos.

Eu percorria longas distâncias a carregar armas, às vezes mais de oito horas por dia. Era um trabalho muito perigoso e exaustivo. Se aparecessem as tropas do outro lado, podíamos “desaparecer”.²¹

Uma vez admitidos na UNITA, as crianças sujeitavam-se aos rigores da vida nas forças armadas. A disciplina era rígida e a punição para a fuga era a morte. Crianças desmobilizadas em 1996 explicaram que quando se capturava uma criança que tinha escapado, os outros tinham que assistir a execução da mesma, mesmo que se tratasse de um membro da família. Outras crianças admitidas desde 1997 descreveram práticas similares pelas quais rapazes raptados eram forçados a assistir fugitivos serem executados a machadadas para servir de lição. Crianças que estavam muito cansadas para continuar as marchas ou que sucumbiam às cargas muito pesadas eram ameaçadas de morte. Todas as crianças entrevistadas sofreram dificuldades extremas e a tensão psicológica da vida em situações onde a mínima infração poderia resultar em espancamento ou açoitamento. Estes exemplos apenas sublinham a necessidade de contar com uma orientação e assistência psicológica às crianças ex-combatentes que sejam realmente condizentes com suas experiências específicas.²²

Disse-nos João F.: “Os que não cumpriam as ordens eram punidos e podiam até ser mortos. As crianças também eram punidas. Eu mesmo fui açoitado duas vezes por ter desobedecido a ordens. Outras crianças foram espancadas com bastões pesados.”²³

Miguel R., de 16 anos, lembra-se:

A disciplina era rígida, a pessoa podia ser punida com o chicote por fazer algo errado. Em outras ocasiões, a pessoa podia ser amarrada ou não receber nenhum alimento. Ou então poderiam ser enviadas a buscar alimentos em áreas minadas ou áreas onde poderiam se deparar com tropas inimigas. Eu queria sair do mato e voltar para minha casa, para minha família, mas não me deixavam. Você tinha que pedir permissão para isto e esta não era concedida. Sofri muito no mato, eu tinha apenas 11 anos quando me pegaram.²⁴

Luiz J. disse:

²⁰ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

²¹ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

²² Entrevista da Human Rights Watch, 4 de dezembro de 2002; ver também Human Rights Watch, *Angola explicada*, pág. 84; CCF, *Let Us Light a New Fire*, págs. 38-44, U.S. Department of State, *Angola Country Reports on Human Rights Practice* [Relatório sobre a prática dos direitos humanos em Angola] (Washington D.C.: The Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, 2000, 2001), section 1F.

²³ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

²⁴ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002

Você não podia sair antes de receber suas ordens. Se fosse encontrado fora da área na qual tinham ordenado que ficasse, você teria que enfrentar as punições. Fui açoitado várias vezes por não obedecer às ordens, era tudo muito rígido e muitas vezes passávamos fome, cansaço e frio. Era fácil cometer algum erro. Outros tipos de punições poderiam ser a de carregar uma carga particularmente pesada, ser forçado a cortar lenha ou ser mantido imerso em água por várias horas durante a noite. Vi um homem que foi deixado na água durante 5 horas, numa noite particularmente fria. Outra punição humilhante era ser forçado a deitar no chão e rolar o corpo para um lado e para o outro até que lhe mandassem parar.²⁵

Jovens do sexo feminino na UNITA

Muitas menores de 18 anos também serviram na UNITA. Como os rapazes, algumas foram raptadas individualmente, enquanto outras foram reunidas e levadas, junto com outros familiares, durante passagens das tropas por suas aldeias. As moças eram usadas para cozinhar, no trabalho doméstico e para carregar objetos, cumprindo papéis semelhantes aos dos rapazes. As mulheres e moças eram também oferecidas aos comandantes e convidados da UNITA, com os quais eram obrigadas a ter relações sexuais. Outras jovens eram ainda forçadas a casar-se com combatentes da UNITA. As recusas eram tratadas com punições e as tentativas de fuga podiam resultar em morte. O contato com as moças mantidas nas áreas da UNITA depois da guerra era muito difícil. O controle das moças era mais rígido que o exercido sobre os rapazes pelos líderes civis dos acampamentos que visitamos, e em entrevistas semi-privadas com grupos não pudemos confirmar se alguma moça tinha participado do combate ativo. As próprias moças talvez tenham sido mais reticentes e menos dispostas a falar sobre seu passado. Somente por meio de um programa de desmobilização sensível às necessidades das jovens do sexo feminino, será possível conhecer mais detalhadamente seus números e seus verdadeiros papéis durante a guerra, e só então será possível dar início à sua reabilitação.

Uma especialista em direitos das crianças que trabalha em Luanda estimou que o número de jovens menores de idade, casadas com soldados da UNITA, está entre 5.000 e 8.000. Ela também comentou que, devido à dificuldade de acesso a estas moças, não se sabe precisamente quantas ainda estariam vivas e seriam menores de idade e quantas desejariam fugir de sua atual situação doméstica.²⁶ Outra pessoa, que trabalha numa ONG internacional, falou da dificuldade de se aproximar das moças nos acampamentos, apesar de sua concentração geográfica. Ela citou os controles exercidos pelos altos escalões do acampamento como uma razão pela qual o trabalho com tais jovens enfrenta tantos problemas. Explicou ainda que é difícil identificar as moças como um grupo separado dentro de um acampamento. As meninas viviam com suas ou outras famílias e cuidavam de crianças e de outras pessoas da família. As moças ainda podiam ser visitadas ocasionalmente por seus maridos e não se identificam necessariamente como mães solteiras.²⁷

De acordo com uma ativista dos direitos da mulher, uma moça poderá preferir ficar com seu marido, mesmo que tenha sofrido abusos sexuais durante seu relacionamento anterior com ele. Como existem poucas outras opções, ela poderá ver esta condição como preferível à de viver como mãe solteira, devido ao estigma social que acompanha esta última. Uma moça que vive sozinha também pode ser vista como uma ameaça por outras mulheres que vivam na sua proximidade, as quais a consideram como uma concorrente aos afetos de seus maridos. Por temer a rejeição da comunidade e por necessitar ajuda das outras mulheres, uma moça poderá preferir ficar com um marido quase ausente ou abusivo a demonstrar publicamente que é solteira. Ela poderá ver seu marido como uma carga econômica, mas também como uma vantagem social. A citada ativista enfatizou que, apesar disto ser verdadeiro para algumas moças, outras atuariam de forma diferente se se deparassem com outras alternativas, sobretudo aquelas forçadas a situações particularmente abusivas.²⁸

Aproveitando uma dessas alternativas, uma jovem de 16 anos que havia sido raptada durante os últimos anos da guerra e transformada em esposa de um comandante da UNITA, acabou abandonando seu marido para

²⁵ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

²⁶ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 26 de novembro de 2002.

²⁷ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 26 de novembro de 2002.

²⁸ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 20 de novembro de 2002.

voltar à sua família original. De acordo com uma pessoa que trabalhava numa ONG local e deu-lhe assistência em sua reabilitação, ela foi obrigada a fazer trabalhos domésticos, inclusive era forçada a ter relações sexuais com o comandante durante o período que passou na UNITA. Também era forçada a sair em campo em busca de comida e fornecê-la aos soldados. Se não voltasse dentro de um tempo marcado, ela podia ser punida com a privação dos próprios alimentos. Em épocas de combate, ela carregava objetos militares durante as retiradas e mais de uma vez viu-se presa em meio ao fogo cruzado. Inicialmente, foi internada na área Mimbota de aquartelamento da UNITA, nos arredores de Luanda. Mais tarde, foi liberada para voltar à sua família depois que esta conseguiu encontrá-la por intermédio de um programa nacional de rastreamento. Devido à insistência de sua família e ao trabalho da ativista, ela pôde finalmente partir, apesar dos protestos do marido no acampamento. Conforme explicou mais tarde a ativista, esta é uma opção que muitas jovens na situação dela não tinham tido.²⁹

Um homem que havia servido na UNITA disse-nos que as moças eram usadas principalmente como cozinheiras e domésticas, mas também como escravas sexuais. Quando ocorriam ataques e as tropas da UNITA eram vitoriosas, as moças “dançavam e gritavam para oferecer e proclamar a vitória”. Era após tais comemorações que as moças acabavam sendo sexualmente agredidas ou oferecidas aos vários comandantes como troféus merecidos por sua bravura. Ele disse ainda que a moça alocada a cada comandante tinha também que auxiliá-lo transportando materiais a serem utilizados na linha de frente. Sob ataque, elas eram obrigadas a retroceder, carregando seus materiais de guerra.³⁰

Os relatos referentes às danças e à oferta de moças como troféus refletem os depoimentos colhidos pela Human Rights Watch de refugiadas angolanas em Zâmbia, as quais tinham vivido anteriormente com a UNITA. Mulheres e moças contaram que a dança para as tropas era o prenúncio das relações sexuais com os soldados. Elas eram transformadas em “esposas” e obrigadas a cozinhar, plantar e colher, dançar e praticar atos sexuais. As que se queixassem eram espancadas e se lhes agarrassem tentando fugir, podiam ser mortas ou então suas próprias famílias eram punidas. Enfrentando opções que lhes podiam custar a vida, algumas arriscaram a fuga, ao invés de continuar a viver com seus maridos.³¹ Os depoimentos recolhidos pelos Médicos Sem Fronteiras em 2001 e 2002 detalharam, de forma semelhante, a prática comum de usar as moças como domésticas ou explorá-las sexualmente.³²

Uma assistente angolana de saúde que trabalhava em um dos acampamentos relatou à Human Rights Watch a ocorrência de alguns casos de estupro e assalto sexual desde que se iniciou o internamento dos soldados da UNITA. Mas o grande número de mães adolescentes e moças grávidas no acampamento era não só motivo de preocupação como também evidência da atividade sexual precoce das jovens, seja à força ou voluntariamente. Esta assistente temia pelo futuro destas jovens e por sua saúde, sobretudo considerando-se que algumas não tinham uma família ou uma comunidade às quais retornarem, sem contar a precária condição do atendimento de saúde em Angola. No mesmo acampamento, a Human Rights Watch encontrou um bom número de adolescentes grávidas, com idades de 12 a 15 anos.³³

Estas mesmas adolescentes falaram da dificuldade de suas vidas durante a guerra, da penúria por que passaram e de suas esperanças quanto ao futuro. Salientaram sua necessidade de receber ensino e seus desejos de tornarem-se professoras, médicas e mães. Enquanto freqüentavam classes ministradas por adultos nos acampamentos, elas esperavam poder reinstalar-se em suas comunidades de origem e voltar à escola primária. Como não tivemos permissão para falar com essas jovens individualmente ou num ambiente privativo, não pudemos fazer perguntas mais delicadas sobre os abusos sexuais ou obter detalhes dos tipos de trabalhos que executaram durante a guerra. Os rapazes que foram entrevistados privativamente para este relatório forneceram algumas informações sobre a experiência vivida pelas moças na UNITA.

²⁹ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 25 de novembro de 2002.

³⁰ Entrevista da Human Rights Watch, 4 de dezembro de 2002.

³¹ Ver Human Rights Watch, *Angola explicada*, pág. 84.

³² Ver Médecins sans Frontières, *Angola: Sacrifice of a People*, pág. 11.

³³ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

Miguel R. disse à Human Rights Watch:

Havia três moças na tropa conosco e elas eram usadas para carregar materiais, armas, fardos de suprimentos e outros objetos. Elas tinham 13, 10 e oito anos de idade. As cargas que levavam eram pesadas, pois eram ainda muito jovens estas meninas. Nós todos sofremos muito no mato. Elas não estão aqui no acampamento, foram embora.³⁴

Luiz J. disse:

As meninas ajudavam a carregar alimentos e materiais em suas cabeças. Também preparavam a comida quando chegávamos no acampamento. Trabalhei com duas adolescentes de 16 anos que ajudavam a fazer a comida.... A situação era muito perigosa pois estávamos nas linhas de frente do combate. Mas as meninas não ficavam na frente, elas trabalhavam na retaguarda.³⁵

As agências internacionais tiveram dificuldade para identificar as meninas órfãs e mães solteiras nos acampamentos. No passado recente de Angola, as crianças de muitas partes do país pertenciam à coletividade e não aos seus pais. Toda a comunidade tinha responsabilidade pelas crianças e as meninas eram muito valorizadas pois podiam fazer o trabalho doméstico. Seguindo esta prática, as famílias em muitos dos acampamentos da UNITA adotaram meninas órfãs e mães jovens e viúvas, cuidando delas junto aos seus próprios filhos. Uma pessoa que trabalha na área de direitos das crianças em Luanda explicou que, apesar deste tipo de cuidado das meninas por parte das famílias ser preferível, ele dificultava a inclusão das mesmas nas sessões de orientação e na programação. Quando as pessoas que trabalham com assistência internacional fazem perguntas sobre a existência de adolescentes órfãos ou jovens ou adolescentes chefes de família, os adultos que respondem aos questionários podem não entender e incluir todas as crianças e adolescentes que vivem com eles como se fossem seus próprios filhos. A identificação de meninas que podem ter servido em tropas de combate também é dificultada pelo fato de que as famílias recebem alimentos em proporção ao número de pessoas em cada lar, ou seja, já foi constatado que alguns adultos vêem vantagens em incluir estas meninas por eles adotadas como suas próprias filhas e, assim, aumentar os benefícios a que têm direito.³⁶

Uma irmã católica que trabalha com grupos desfavorecidos nos acampamentos e centros de transferência explicou que conseguir um contato mais próximo com as meninas e adolescentes em um programa de desmobilização seria difícil mas não impossível. Como muitas destas moças estarão finalmente em lares com suas famílias ou com seus maridos, muitas vezes já acompanhadas de seus próprios filhos, elas poderão não estar cientes sobre tais programas e sobre a forma de ter acesso aos mesmos. A identificação correta destas moças no momento e seu acompanhamento até chegar aos seus próprios lares poderá ser uma forma de garantir que não sejam esquecidas no futuro. Mais ainda, a irmã acredita que algumas destas moças não queiram passar a vergonha de serem reconhecidas como vítimas da violência sexual e, por isso, titubeiem em apresentar-se e discutir seus problemas. Para ela, os programas concebidos para atuar junto às moças nos locais onde elas normalmente poderiam congregiar – ou seja, escolas, igrejas e mercados – poderão ser os mais indicados para conseguir uma aproximação com as mesmas e realizar sua reintegração social. Ela lamentou a atual falta de assistência e de programas concebidos para auxiliar as moças que continuam a existir em grupos invisíveis, em sua maior parte.³⁷

³⁴ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

³⁵ Entrevista da Human Rights Watch, 3 de dezembro de 2002.

³⁶ Entrevistas da Human Rights Watch, Luanda, 19 e 20 de novembro de 2002.

³⁷ Entrevista da Human Rights Watch, 5 de dezembro de 2002, ver *Refugees International, Women's Access to Demobilization and Reintegration Program Funding Essential* [Essencial o acesso das mulheres aos fundos dos programas de desmobilização e reintegração], 7 de março de 2003.

Crianças-soldados usadas pelas FAA

As FAA também usaram crianças nos combates, se bem que em menor medida que a UNITA. Estima-se que 3.000 rapazes com menos de 18 anos possam ter servido nas FAA durante os últimos anos de combate.³⁸ As rusgas (arregimentações) feitas pelo Governo e o recrutamento forçado de jovens do sexo masculino ocorreram em bairros mais pobres, tendo como alvo os desempregados. Estas rusgas eram frequentemente realizadas à noite e em locais mais periféricos das áreas urbanas. As crianças recolhidas eram geralmente libertadas quando eram demasiado jovens ou quando podiam pagar para conseguir sua liberdade, porém muitos jovens menores de idade foram transportados a bases militares de diferentes províncias e forçados ao serviço militar.³⁹

Durante estas rusgas, a falta de identificação adequada significava que a maioria das crianças não podia provar sua verdadeira idade, apesar da legislação nacional que proíbe seu recrutamento. Apesar do pessoal militar liberar os muito pequenos, os que pareciam capazes e fortes eram recrutados. Uma criança-soldado entrevistada em 2000 por Red Barnet, da organização *Save the Children Fund*-Noruega, disse que tinha 13 anos de idade quando iniciou seu serviço nas FAA. O fator determinante deste recrutamento não foi sua idade declarada, mas seu tamanho. Como o consideraram de porte suficiente para lutar, ele foi levado para um acampamento militar.⁴⁰

Um padre que trabalha com crianças ex-soldados nos informou que muitas das crianças levadas foram vítimas destas práticas de recrutamento. A relutância do público em geral em servir nas forças armadas nos últimos anos da guerra levava o governo a agarrar qualquer pessoa que pudesse encontrar, inclusive crianças. De aproximadamente cinquenta crianças ex-soldados da FAA às quais o padre dá orientação, a mais jovem tem 12 e a mais velha, 18 anos. A maioria está entre os 15 e 17 anos de idade. A maioria destes jovens foi treinada durante a guerra em atividades de mecânica, operação de rádio e trabalhos de reparo. Todos os rapazes com os quais ele trabalha foram recrutados depois que a última seqüência de combates se iniciou em 1998. As crianças também receberam treinamento de armas como parte de seu treinamento básico nos acampamentos militares, tendo combatido diretamente na guerra.⁴¹

Os rapazes que combateram para as FAA receberam ainda menos atenção do que aqueles que combateram para a UNITA, em parte devido ao seu número mais reduzido. Além disso, desde o fim da guerra, o processo de liberação das crianças-soldados pelo governo em Luanda às autoridades provinciais e, finalmente, às suas comunidades de origem, ocorre geralmente de forma desconhecida do resto da população. Alguns rapazes soldados recrutados inicialmente podem ter morrido em combate; muitos outros mais são agora adultos. Apesar das meninas e adolescentes terem sido também vítimas de abuso sexual por parte dos soldados das FAA e forçadas a prestar-lhes serviços ocasionais, a Human Rights Watch não teve oportunidade para documentar o uso de jovens do sexo feminino como soldados das FAA.⁴²

De acordo com um funcionário das Nações Unidas, até novembro de 2002 o governo e as agências da ONU haviam identificado cerca de 190 soldados menores de idade nas FAA a serem desmobilizados em Luanda, tendo já conseguido a relocação de 70 deles. Apesar do acesso e cooperação dos líderes militares na capital serem dignos de louvor, nenhum trabalho tinha ainda sido feito nas províncias para garantir que nenhuma criança fosse ainda integrante das forças do governo.⁴³ Um padre que trabalha na periferia da capital mostrou-se preocupado porque, apesar do atendimento às crianças-combatentes da UNITA ser importante, grande número de rapazes havia lutado também do lado das FAA e, no entanto, seu paradeiro ainda era desconhecido. Outro padre que

³⁸ Coalizão pelo Fim do Uso de Crianças-Soldados, *The Use of Children as Soldiers in Africa: A Country Analysis* [O uso de crianças como soldados na África: uma análise por país], 1999.

³⁹ Coalizão pelo Fim do Uso de Crianças-Soldados, *Child Soldiers 1379 Report* [Relatório 1379 sobre crianças-soldados] (Londres: Coalizão pelo Fim do Uso de Crianças-Soldados, 2002), págs. 17-20.

⁴⁰ *Dagens Nyheter*, 9 de setembro de 2000 – de Red Barnet, [online], www.rb.se:8082/www/childwar.nsf (consultado em 17 de janeiro de 2003).

⁴¹ Entrevista da Human Rights Watch, 28 de novembro de 2002.

⁴² Entrevistas da Human Rights Watch, 28 de novembro e 2 de dezembro de 2002; ver Médecins sans Frontières, *Angola Sacrifice*, págs. 11-12.

⁴³ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 26 de novembro de 2002.

trabalha nas províncias centrais declarou que rapazes menores de idade ainda trabalhavam nas FAA, vivendo nos quartéis e auxiliando os soldados.⁴⁴ Em julho de 2002, um jornalista entrevistou um jovem de 14 anos, soldado das FAA na província Kwanza Sul. Designado a uma posição militar fora de Gabela e vestido de forma inteiramente militar, o rapaz temia responder perguntas detalhadas sobre suas funções específicas de trabalho.⁴⁵

Felipe A., liberado das FAA ao final de 2002, contou-nos a seguinte história:

Eu tinha 15 anos quando fui recolhido pelas FAA. Já tinha fugido da minha região de origem e estava vivendo com uma família na periferia de Andulo. Fui levado de caminhão a um centro de treinamento militar, onde recebi treinamento com mais 180 outras crianças. As que receberam comigo o treinamento sobre armas tinham idade entre 14 e 18 anos, porém mais tarde trabalhei com crianças de apenas 10 anos.

Fomos treinados no uso de armas automáticas como os fuzis AK-47, e nos ensinaram a usar granadas. Alguns jovens também receberam treinamento quanto ao uso de mísseis e armas anti-tanques. Também recebemos treinamento técnico sobre conserto de veículos, mecânica e limpeza e reparos de armas.

Durante a guerra, trabalhei principalmente como mecânico, executando reparos de armas e assistindo aos soldados. Nunca vi nenhuma moça trabalhando com as FAA, somente rapazes. Fui bem tratado pelos militares e recebi alimentação, geralmente arroz com feijão. Transporte armas e houve vezes em que as usei em combate. Durante uma batalha no Moxico, fui ferido com uma bala que me entrou pelo lado esquerdo da têmpora. Convolesci num hospital militar, onde passei um mês no ano passado.⁴⁶

Este órfão de 17 anos vive agora com uma família na sua região de origem. Maltrapilho e visivelmente desnutrido, apresentava-se nervoso e tremia durante toda a entrevista. Apesar de ter recebido algum apoio de sua comunidade, a falta de programas governamentais de apoio a crianças como Felipe e centenas de outros combatentes significa que continuam a enfrentar um futuro incerto. Apesar do governo de Angola merecer elogios por libertar crianças de suas tropas, devendo ser encorajado a continuar tal prática, a falta de programas de assistência e de reconhecimento destas pessoas como ex-combatentes é um desserviço aos muitos que arriscaram suas vidas pelo país. Como também é uma violação da obrigação de Angola de tratar da recuperação e reintegração destas pessoas.

V. CRIANÇAS-SOLDADOS EM ANGOLA APÓS O CONFLITO

Desmobilização dos soldados da UNITA

Os rapazes menores de idade também eram soldados, mas não estão nas listas de desmobilização. Foram recrutados e serviram na UNITA, mas não receberam nenhum benefício do estado. Na sociedade de hoje, você precisa de dinheiro e algo a fazer no futuro.

—Representante das FAA, 28 de novembro de 2002.

A grande maioria de rapazes e moças que serviram na UNITA viviam em áreas familiares anexas às áreas de alojamento temporário de ex-soldados. Com a confusão reinante ao final da guerra e uma população altamente dispersa, algumas crianças-combatentes retornaram às suas regiões de origem ou foram colocadas em acampamentos civis para pessoas deslocadas dentro do país, ao invés de permanecer com a UNITA. Estas áreas de alojamento foram designadas como assentamentos temporários, estabelecidos para registrar e identificar

⁴⁴ Entrevistas da Human Rights Watch, 28 de novembro e 2 de dezembro de 2002.

⁴⁵ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 20 de novembro de 2002.

⁴⁶ Entrevista da Human Rights Watch, 28 de novembro de 2002.

soldados da UNITA, desmobilizá-los e levá-los a centros de transferência e, finalmente, às suas províncias de origem ou áreas de reassentamento. Algumas crianças-soldados permanecem nas áreas familiares, outras foram levadas a centros de transferência onde esperam seu reassentamento, algumas outras voltaram às suas comunidades. O governo já estabeleceu, várias vezes, prazos para o encerramento dos acampamentos e anunciou, em abril de 2003, que muitos tinham sido fechados oficialmente, apesar de que continuava a haver residentes em muitos casos.⁴⁷

Cem mil combatentes adultos da UNITA foram registrados e desmobilizados no programa oficial do governo. Fontes da capital explicaram que, quando a UNITA veio pela primeira vez para os acampamentos, houve certa especulação se as crianças seriam incluídas ou não no processo de desmobilização. Mas em julho de 2002, já havia 80.000 beneficiários identificados para a desmobilização que incluíam apenas homens e mulheres adultos. Ao final de novembro e dezembro do mesmo ano, mais homens e mulheres vieram para os acampamentos e o número aumentou até atingir a cifra atual.⁴⁸

Da forma em que havia sido planejada depois do Memorando de Entendimento de 2002, a desmobilização exigia que os soldados da UNITA fossem primeiro incorporados ao exército nacional. Receberam então documentos atestando seu tempo de serviço militar, antes de serem desmobilizados do exército nacional, como seria qualquer soldado que tivesse servido diretamente nas FAA. O processo de desmobilização iniciou-se em setembro de 2002, quando um grande número de beneficiários propostos começaram a receber salários que dependiam de seu nível, de forma correspondente aos soldados do exército do governo. Eles receberam pagamento por um período de cinco meses desde o momento que primeiro vieram para os acampamentos até a sua data oficial de desmobilização. Algumas mulheres que combateram do lado da UNITA, bem como homens e mulheres que vieram para os acampamentos ao final do ano passado, ainda não receberam sua documentação e remuneração.

A legislação nacional de Angola sobre o recrutamento de crianças atende às exigências das leis e tratados internacionais. Adultos jovens com mais de 18 anos podem apresentar-se como voluntários para servir nas forças armadas. Ao completar 18 anos, os jovens têm que se registrar no serviço militar e, aos 20 anos, poderão ser convocados, se houver necessidade.⁴⁹ De forma correspondente, os soldados menores de idade que serviram na UNITA não puderam ser integrados oficialmente nas FAA e, portanto, não puderam ser desmobilizados e incluídos no programa dirigido pelo governo e destinado somente aos adultos.

Durante a visita da Human Rights Watch a Angola, os pesquisadores reuniram-se com oficiais das FAA e ex-oficiais da UNITA, bem como com representantes dos governos nacional e provinciais. Cada um citou razões diferentes pelas quais as crianças não foram incluídas no processo de desmobilização, porém indicaram que as crianças não podiam ser integradas às FAA e, portanto, não se qualificavam a participar do programa. De acordo com uma pessoa que trabalha na área de assistência internacional, o programa foi criado de forma que o governo pudesse evitar o custo de pagar benefícios a mais 7.000 ex-combatentes e evitar atrair atenção sobre a questão potencialmente embaraçosa do uso generalizado de crianças-soldados em Angola, particularmente pelas FAA. Como comentou essa pessoa da área de assistência, nenhuma autoridade do governo nega que as crianças tenham sido utilizadas na guerra, mas simplesmente afirmam que as crianças não se qualificam aos programas existentes. O fato da questão das crianças-soldados não ter sido tratada formalmente durante as negociações parecer sugerir que a UNITA não exerceu pressão para a sua inclusão, ou então o governo não estava disposto a oferecer nenhuma solução concreta.⁵⁰

⁴⁷ Agência de Imprensa de Angola, *Some 28 Sheltering Areas Closed* [Fechadas cerca de 28 áreas de abrigo], Luanda, 2 de abril de 2003 [online], <http://allafrica.com/stories/printable/200304020625.html> (consultado em 4 de abril de 2003).

⁴⁸ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 26 de novembro de 2002.

⁴⁹ “O serviço militar é obrigatório. A lei define as formas do seu cumprimento.” Lei Constitucional da República de Angola, art. 152(2). Quanto ao recrutamento à idade de 20 anos, ver Lei 1/93. Quanto à idade de 18 anos para o serviço voluntário, ver Decreto No. 40/96, 13 de dezembro de 1996.

⁵⁰ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 26 de novembro de 2002.

A falta de vontade política para tornar as crianças afetadas pelo conflito uma prioridade inquestionável explica em parte porque as crianças-soldados podem ter sido excluídas. No processo de desmobilização de Angola, em seguida à assinatura do Protocolo de Lusaka de 1994, os movimentos nacionais que lutavam pelo reconhecimento da necessidade de oferecer assistência às crianças-soldados tiveram um papel preponderante. De acordo com um relatório, “Angola oferece um exemplo positivo de como o movimento de defesa pode incluir a questão das crianças-soldados nos planos de desmobilização. Apesar das crianças-soldados de Angola terem sido excluídas do acordo de paz [Lusaka, 1994], a primeira resolução da Comissão de Desmobilização deu prioridade às crianças-soldados e adotou procedimentos com vistas à sua desmobilização e reintegração . . . A lição aprendida foi que a proteção das crianças exige a participação ativa de todas as representações políticas e humanitárias. O interesse na questão das crianças-soldados exigia um alto nível de atenção política; de outro modo, a questão corria o risco de ser ignorada no processo de paz.”⁵¹ Apesar do governo, agências da ONU e organizações não governamentais terem conseguido algum progresso na proteção das crianças desde 2002, as crianças-soldados não obtiveram ainda prioridade comparável dentro do processo atual. A falta de um programa nacional e abrangente, que identifique as crianças-soldados e as considere como alvo específico para a reabilitação, significa que muitas crianças afetadas poderão nunca receber assistência.⁵²

Vida nos acampamentos

Em novembro de 2002, cerca de 445.000 ex-soldados da UNITA e suas famílias viviam em 42 acampamentos localizados no interior do país.⁵³ Inicialmente, estas áreas eram conhecidas como Áreas de Aquartelamento e de Famílias. Depois da desmobilização dos soldados, ficaram conhecidas simplesmente como áreas de agrupamento, o que refletia seu novo estado civil. A partir de novembro, alguns residentes dos acampamentos voltaram aos seus lares, seja com a assistência de programas governamentais ou simplesmente por terem abandonado os acampamentos. Muitos outros provavelmente permanecerão nas áreas de agrupamento ou nos centros de transferência até o final da estação das chuvas, ou seja, o final de abril de 2003, se bem que ainda há incerteza quanto aos planos futuros para esta população.⁵⁴ Alguns acampamentos têm acesso fácil, sendo próximos às capitais provinciais e outras cidades. Mas outros localizam-se em áreas isoladas, onde o fornecimento de ajuda humanitária e a monitoração dos movimentos da população representam enormes desafios.

A área de agrupamento Chicala I localizava-se a cerca de trinta quilômetros de Luena, capital da província de Moxico. Em dezembro de 2002, Chicala I tinha uma população de 2.346 residentes, dos quais 437 eram combatentes adultos desmobilizados e o restante era de familiares. O ambiente do acampamento era bastante aberto, permitindo que os residentes circulassem livremente pelos campos vizinhos e coletassem água em um regato próximo ao acampamento. O Governo, as agências da ONU e as ONGs internacionais forneciam alimentos básicos e assistência de saúde.

A área de agrupamento Chicala II, localizada a vários quilômetros mais a oeste que Chicala I, era consideravelmente maior, com 6.876 familiares e mais de 2.500 ex-combatentes adultos, em dezembro de 2002. Dividido em 16 sub-blocos sombreados, cada um contendo casas de pau a pique em fileiras organizadas, o acampamento pareceu estruturado e ordenado aos visitantes da Human Rights Watch. O encarregado de contatos do acampamento, ao mostrar orgulhosamente os sub-blocos, elogiou a limpeza praticada pelos residentes e sua eficácia no seguimento das instruções emitidas pelas autoridades. Assim como Chicala I, Chicala II também

⁵¹ Beth Verhey, *Child Soldiers: Preventing, Demobilizing and Reintegration* [Crianças-soldados: prevenção, desmobilização e reintegração], novembro de 2001, No. 23 da Série de Documentos de Trabalho da Região da África, pág. 7.

⁵² Agência de Imprensa de Angola, *Child Protection Strategies Meeting Continues* [Continua reunião de estratégias de proteção de crianças], 17 de dezembro de 2002. [online], <http://allafrica.com/stories/printable/200212170632.html> (consultado em 20 de dezembro de 2002).

⁵³ OCHA Update, Situação humanitária em Angola, 28 de outubro de 2002.

⁵⁴ UN Wire, *Angola: Top U.N. Official Says Ex-Unita Fighters, Displaced Need Help* [Angola: Alto funcionário da ONU afirma que ex-combatentes da Unita e deslocados necessitam de ajuda], 16 de janeiro de 2003. Ver também U.N. Integrated Regional Information Networks, *WFP Concerned Over Increase in People Leaving Camps* [WFP preocupada com aumento das pessoas que deixam os acampamentos], 27 de janeiro de 2003; Agência de Imprensa de Angola, *Some 28 Sheltering Areas Closed* [Fechadas cerca de 28 áreas de abrigo], Luanda, 2 de abril de 2003 [online], <http://allafrica.com/stories/printable/200304020625.html> (consultado em 4 de abril de 2003).

recebeu assistência governamental e não governamental, além de ter cooperativas internas que dão atendimento a crianças e adultos.⁵⁵ Em abril de 2003, estes dois acampamentos e outros foram declarados oficialmente como fechados pelo governo, se bem que alguns residentes ainda permanecem nestas áreas.⁵⁶

Nas duas áreas de agrupamento, as crianças receberam algum atendimento médico, na medida em que postos de saúde dirigidos por uma agência internacional ofereceram pessoal médico e medicamentos para problemas mais comuns de saúde. Os profissionais de saúde entrevistados nos acampamentos reconheceram a assistência prestada porém disseram que não tinham capacidade de oferecer atendimento em casos de doenças mais graves. Apesar de suspeitarem que algumas crianças eram sero-positivas quanto ao HIV, não dispunham do equipamento necessário para fazer tais exames. Os residentes dos acampamentos, muitos deles ex-professores, ministravam aulas para o nível primário. A UNICEF distribuiu alguns materiais educacionais e de saúde às crianças. Meninos e meninas entrevistados nos acampamentos salientaram que, apesar dos esforços para fornecer ensino primário até a quarta série, as crianças mais velhas não tinham oportunidades educacionais.⁵⁷

Estas mesmas crianças enfatizaram seu relativo bem-estar em comparação com suas experiências durante a guerra. Elas recebiam algo de comer e tratamento médico básico, e não viviam mais sob o ruído dos canhões. Porém tanto os dirigentes dos acampamentos como as próprias crianças enfatizaram a necessidade de mais materiais escolares, sabão, roupa mais adequada, cobertores e sapatos.⁵⁸

As pessoas engajadas no trabalho de assistência internacional tanto em Luanda como nas províncias observaram que, em comparação com a maioria das outras crianças angolanas, estes meninos e meninas gozavam de uma condição um pouco melhor. Comentários semelhantes foram emitidos pelos próprios angolanos, que questionaram o tratamento preferencial das crianças que estiveram envolvidas na guerra, enquanto que milhares de crianças de todo o país não dispunham de alimentos, abrigo suficiente e atendimento médico. O tratamento das desigualdades de assistência prestada aos grupos vulneráveis será essencial para reconstruir comunidades em harmonia. Os programas de reabilitação, em sua forma atual, podem ajudar a tratar destas disparidades. No entanto, esta abordagem corre o risco de que as crianças ex-soldados não recebam assistência em parte porque não foram ainda identificadas e porque seu número não é conhecido. Mais ainda, as crianças entrevistadas para este relatório, que já tinham deixado as áreas de agrupamento e centros de transferência das FAA ou da UNITA, não estavam recebendo nenhum apoio oficial, o que indica que milhares de outras crianças que deixarem os acampamentos estão destinadas a sorte semelhante.

Outro problema que transpareceu em campos para pessoas deslocadas recém-fechados e áreas de agrupamento para soldados desmobilizados é o abandono de órfãos que haviam sido antes adotados por outras famílias. Como a ajuda humanitária era dada às famílias de forma correspondente ao tamanho da família, os adultos responsáveis podiam receber maior parcela de alimentos ao aumentar o número de pessoas sob sua responsabilidade. Os órfãos e crianças desacompanhadas eram adotados pelas famílias e apresentados como os próprios filhos dos declarantes. Quando os campos fecharam e as pessoas retornaram aos seus lares originais, onde havia pouca assistência disponível, algumas famílias deixaram para trás estas crianças. Pessoas que trabalham na área de assistência humanitária no Moxico trataram de casos de crianças abandonadas da área de agrupamento Calala, na região leste, e de acampamentos para pessoas deslocadas no país, campos estes localizados próximos a Luena, que agora encontram-se fechados. Tais pessoas temem que, como algumas crianças-soldados da UNITA também não tinham famílias, esta tendência tinha a probabilidade de continuar com o fechamento de outras áreas de agrupamento em 2003.⁵⁹ O abandono deverá complicar os atuais planos de reabilitação que não conseguem identificar e prestar ajuda específica a crianças ex-combatentes, porque assumem que as crianças têm famílias e comunidades às quais podem retornar.

⁵⁵ As estatísticas foram fornecidas pelos líderes dos acampamentos à época das visitas da Human Rights Watch no início de dezembro de 2002.

⁵⁶ Telefonema de representante da Human Rights Watch à pessoa da área humanitária em Moxico, 8 de abril de 2003.

⁵⁷ Entrevistas da Human Rights Watch, 3 e 4 de dezembro de 2002.

⁵⁸ Ibid.

⁵⁹ Entrevista da Human Rights Watch, 2 de dezembro de 2002.

Crianças levadas de volta às suas comunidades

Um assistente social ocupado com a assistência a crianças ex-combatentes das FAA lamentou a falta de assistência oferecida pelo governo e as condições em que muitas destas crianças atualmente se encontram. Para algumas crianças, ele disse à Human Rights Watch, a situação é tão difícil que as crianças demonstram seu desejo de voltar ao serviço militar, que lhes garantia alimentação e abrigo. Este assistente social acredita ser muito importante a colocação das crianças nas famílias e o auxílio para que voltem à vida civil, mas como muita gente vive na pobreza em Angola, as famílias geralmente não têm condições de cuidar destas crianças de forma adequada. Ele também denunciou a falta de orientação e atendimento que são necessários para ajudar as crianças a superar seu passado atribulado. Sem eles, alegou o assistente social, as crianças ex-soldados tinham pouca probabilidade de se tornar membros responsáveis e produtivos da sociedade.⁶⁰

Grupos locais solicitaram ao Governo que forneça documentos de desmobilização a estas crianças, mostrando que serviram nas FAA. Repetidas solicitações por parte destes grupos ao Departamento de Recenseamento Militar (DRM) foram negadas. Estes documentos podem nunca qualificar as crianças a receberem benefícios monetários ou pensões governamentais, porém, pelas leis atuais de recenseamento, eles evitariam que estes jovens tivessem que enfrentar situações de combate novamente. Um comandante de acampamento em uma área de agrupamento, ao qual perguntamos sobre a necessidade de documentos, declarou que agora que o número de militares está sendo reduzido, estes documentos ou carteiras não seriam mais necessários no futuro. Um padre local chegou à conclusão oposta: “Durante a guerra, nossa experiência é que as pessoas registradas eram levadas para o combate e existe uma preocupação de que estas crianças tenham que lutar de novo algum dia.”⁶¹ Quer as mesmas crianças sejam ou não convocadas de novo, estes documentos teriam um importante papel psicológico para garantir aos seus portadores que seus dias de serviço militar já terminaram.

Felipe A., ex-combatente das FAA, explicou as difíceis condições em que agora se encontra:

É pouca a esperança. Não tenho o suficiente para comer. Durmo mal devido à falta de cobertores e ao frio. Não tenho trabalho e a comunidade onde vivo é miserável. Espero poder voltar à escola quando o ano escolar se iniciar, porém não tenho dinheiro para o uniforme ou materiais escolares. . . . Quando deixei as FAA, não recebi nenhuma assistência; nenhum dinheiro, nenhum documento, nenhuma honraria.⁶²

Uma ONG que trabalha próximo a Luanda com crianças ex-combatentes da UNITA pintou um quadro semelhante para os rapazes soldados que já deixaram as áreas de agrupamento. A área de Mimbota, na província vizinha do Bengo, foi parcialmente esvaziada até dezembro de 2002. Os rapazes ex-combatentes foram colocados em caminhões e transportados a um centro de transferência da cidade do Caxito. Apesar de que deveriam passar aí apenas algumas noites, algumas das crianças não tinham para onde ir e passaram semanas perambulando pelo centro. As organizações de assistência de Angola puderam seguir os passos de alguns destes rapazes até encontrar suas famílias, ajudando-os a voltar ao lar. No momento de deixar o centro, cada rapaz recebeu um par de calças usadas e uma camiseta. Como disse uma das pessoas que trabalham no projeto: “Não é esta a nossa idéia de reabilitação.”⁶³

Este ativista também sublinhou a necessidade premente de treinamento educacional e vocacional para as crianças para que tenham algo a fazer quando forem liberadas. Muitas aprenderam o trabalho mecânico ou elétrico enquanto serviam nas fileiras; portanto, poderiam ser criados cursos para aproveitar estes conhecimentos e prepará-las para possíveis empregos. Apesar de muitas crianças entrevistadas terem expressado seu desejo de continuar sua educação, não sabiam dizer de onde poderia vir o apoio financeiro para tanto. Muitas outras crianças acreditavam que não lhes seria permitido matricular-se na escola primária, sob a justificativa de que já

⁶⁰ Entrevista da Human Rights Watch, 28 de novembro de 2002.

⁶¹ Ibid.; entrevista da Human Rights Watch, 4 de dezembro de 2002.

⁶² Entrevista da Human Rights Watch, 28 de novembro de 2002.

⁶³ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 25 de novembro de 2002.

eram mais velhas. Outras simplesmente teriam vergonha de participar de uma mesma classe primária com crianças de sete anos de idade.⁶⁴

Não causa surpresa que os problemas enfrentados por crianças ex-soldados em suas comunidades de origem correspondiam aos temores já expressos nos acampamentos. Os rapazes entrevistados pela Human Rights Watch nas áreas de agrupamento foram unânimes ao demonstrar seu desejo de voltar à escola e estudar, mas temiam não poder fazer isto por razões financeiras ou outras razões. Miguel R., um rapaz de 16 anos, nunca frequentou a escola e não sabe ler ou escrever. Expressou sua preocupação quanto à posse de materiais escolares e a possibilidade de ter que ficar numa turma da primeira classe com crianças muito mais jovens. Marcello N. gostaria de estudar e trabalhar mas não sabia onde poderia conseguir os recursos para fazê-lo. Carlos B. deseja voltar à escola secundária e viver em um só lugar de novo. “Depois de mudar de um lugar para outro tantas vezes nos últimos anos, preciso de uma comunidade estável onde eu possa viver.”⁶⁵

VI. ASSISTÊNCIA ÀS CRIANÇAS

Para a proteção das crianças, as ferramentas já existem. Foram ratificados os tratados internacionais. O Código da Família e a legislação nacional são progressistas. Angola incorporou à legislação nacional os princípios norteadores relativos a pessoas deslocadas dentro do próprio país. O Governo tem que agir conforme suas próprias declarações, cumprir os compromissos assumidos e atender à sua população.

—Consultor de Direitos das Crianças, 26 de novembro de 2002.

A reconstrução de um país assolado por quase quatro décadas de conflito contínuo será um enorme desafio. Grande parte da infra-estrutura de Angola está arruinada, escolas, centros de saúde e lares foram destruídos, e um número imenso de vidas perdidas. Milhões de angolanos terão que se reinstalar em comunidades, perdoar seus vizinhos e reconstruir suas vidas. Torna-se necessário um planejamento cuidadoso por parte do Governo e o aumento dos serviços sociais para se criar um futuro estável para a população. Além disso, Angola comprometeu-se por convenção internacional a instalar progressivamente a educação primária e obrigatória para todos, e o mais alto padrão de saúde alcançável.

Em contraste com muitos países da África, Angola tem como cumprir tais obrigações. As reservas de petróleo são consideráveis e o país poderia produzir tanto quanto o Kuwait durante a próxima década. O governo depende enormemente das receitas do petróleo que chegam a mais de 3 bilhões de dólares por ano, sendo responsáveis por cerca de 75% da receita total arrecadada pelo governo e por 30% do produto interno bruto (PIB).⁶⁶ Com abundantes depósitos de diamante e outros minerais, a paz em Angola significa que a extração destes recursos pode trazer recursos adicionais ao governo e, eventualmente, à sua população.

Muito pouco foi gasto em saúde e educação nos últimos quatro anos do conflito. Apesar do Parlamento ter considerado, em dezembro de 2002, que estas duas áreas tinham prioridade de investimento, muito ainda depende da definição do governo do montante deste investimento e de que parcela dele seria dirigida às províncias.⁶⁷ É preocupante o fato do FMI ter constatado que 908 milhões de dólares, ou 10% do PIB, não foram contabilizados em 2001. Talvez ainda mais preocupante é o FMI não ter conseguido estabelecer quanto foi gasto

⁶⁴ Ibid.; entrevista da Human Rights Watch, 28 de novembro de 2002. Para uma discussão de outras barreiras ao acesso à educação, ver “Um futuro de esperança para as crianças de Angola: uma análise da situação da criança” (Luanda: Ministério do Planeamento, Ministério da Assistência, e UNICEF, n.d.), págs. 54-57.

⁶⁵ Entrevistas da Human Rights Watch, 3 e 4 de dezembro de 2002.

⁶⁶ Fundo Monetário Internacional, *Angola: Recent Economic Developments* [Angola: acontecimentos econômicos recentes], Relatório de País do Corpo Técnico do FMI No. 00/111, Agosto de 2000; Fundo Monetário Internacional, *Angola: Staff Report for the Article IV Consultation* [Angola: Relatório do Corpo Técnico sobre Consulta do Artigo IV], 18 de março de 2002, págs. 28-33 (cópia arquivada em Human Rights Watch).

⁶⁷ Agência de Imprensa de Angola, *Aprovado Orçamento do Estado em 2003*, 19 de dezembro de 2002 [online]. <http://allafrica.com/angola/200212190593.html> (consultado em 20 de dezembro de 2002).

em saúde e educação nesse mesmo ano porque o governo não quis ou não pôde disponibilizar tal dado. No entanto, para os anos de 1997 a 2000, o FMI relatou que os gastos em saúde e educação foram em média de cerca de 4% do PIB, enquanto que, para o mesmo período, o montante médio não contabilizado foi de aproximadamente 12% do PIB.⁶⁸

Como a maioria da população de Angola tem menos de 18 anos de idade, é preciso dar prioridade aos investimentos governamentais no bem-estar das crianças: escolas, atendimento de saúde, programas de acompanhamento do paradeiro, reabilitação. É preciso estabelecer programas de ajuda a crianças ex-combatentes para oferecer maiores oportunidades àquelas que lutaram por seu país. Mas estes programas têm que ser adaptados às necessidades das comunidades onde estas crianças continuarão a viver. Os programas mais abrangentes, que cobrem a reabilitação social e a coesão comunitária, constituem a melhor solução à integração pacífica das crianças ex-combatentes.

As agências internacionais que trabalham em campo já forneceram alguma assistência parcial na reabilitação de crianças-soldados. O Comitê Internacional da Cruz Vermelha realiza buscas destas crianças com o fim de reuni-las com suas famílias. A Cruz Vermelha Espanhola criou programas para dar treinamento e assistência técnica a crianças-soldados em algumas províncias. O Escritório do Representante Especial da Secretaria-Geral para Crianças e Conflitos Armados indicou um consultor sobre proteção de crianças para trabalhar com o Governo de Angola durante um período de seis meses em 2002.

Uma reunião realizada ao final de dezembro de 2002 em Luanda sobre Estratégias de Proteção de Crianças foi um passo positivo para as crianças de Angola. Organizada com membros do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS), agências da ONU, ONG's locais e internacionais, e participantes da sociedade civil, os grupos reunidos discutiram, entre outros temas, a necessidade de reabilitação das crianças-soldados. Este tipo de ação para tratar de questões relacionadas à proteção das crianças, permitindo reunir diferentes partes interessadas nos direitos das crianças, foi considerado essencial no estabelecimento de programas dirigidos às crianças-soldados, após o Protocolo de Lusaka.⁶⁹

À reunião inicial sobre proteção seguiu-se uma discussão em mesa redonda, em março de 2003, bem como o compromisso pelos participantes de levar a cabo sua implementação. Declarou-se que uma estratégia de reabilitação na própria comunidade e a reunificação familiar era preferível ao programa formal de desmobilização das crianças, o qual identificava rapazes e moças como soldados, pois “o rótulo de crianças-soldados e a concessão aos mesmos de pacotes de benefícios de desmobilização leva à sua estigmatização no interior das comunidades.”⁷⁰ Tal ênfase na reabilitação baseada na família e na comunidade e a atitude de evitar o estigma negativo a longo prazo são essenciais para as crianças ex-soldados e suas comunidades. Mas corre-se o risco de não identificar muitas moças e rapazes que pegaram em armas e de ignorar suas necessidades especiais, porque não existem programas planejados e adaptados aos seus requisitos específicos de reabilitação.

Ao falar sobre as áreas de agrupamento, um funcionário da UNICEF declarou: “Dentro dos acampamentos, todas as crianças recebem orientação e não só os soldados menores de idade.”⁷¹ No entanto, as crianças ex-combatentes entrevistadas para a preparação deste relatório, tanto rapazes e moças em algumas das áreas de agrupamento mais acessíveis, foram unânimes em declarar (em dezembro de 2002) que até então nunca tinham recebido qualquer tipo de orientação. Em seu relatório sobre as lições aprendidas com a desmobilização de crianças-soldados, e levando em consideração exemplos passados, inclusive em Angola, Beth Verhey

⁶⁸ Fundo Monetário Internacional, *Angola: Staff Report* [Angola: Relatório do Pessoal], págs. 28-33.

⁶⁹ Agência de Imprensa de Angola, *Continua Reunião de Estratégia de Proteção de Crianças*, 17 de dezembro de 2002 [online], <http://allafrica.com/angola/200212170632.html> (20 de dezembro de 2002).

⁷⁰ Notas do Noticiário do Fundo das Nações Unidas para a Infância, “A New Phase in Action for Separated Children and Child Soldiers in Angola” [Uma nova fase das ações voltadas às crianças separadas e crianças-soldados em Angola], Luanda, Angola, 7 de março de 2003.

⁷¹ Rede Integrada de Informação Regional (IRIN), “Angola: Reintegration of Child Soldiers Underway” [Angola: reintegração de crianças-soldados em curso], 15 de janeiro de 2003.

argumenta que em qualquer processo de desmobilização, “as necessidades especiais de crianças-soldados nos programas de desmobilização [são] vitais”.⁷² Sua visão foi resumida em outros trabalhos sobre as melhores práticas de prevenção de conflitos e reconstrução. “As crianças-soldados geralmente querem ser reconhecidas e incluídas em programas formais de desmobilização. Quando são excluídas, o ressentimento e a sensação de abandono levam algumas a retornar à violência como forma de melhorar suas vidas. Para outras, o reconhecimento tem um importante papel. . . protegendo-as de novo recrutamento.”⁷³ O Estudo de 1996 das Nações Unidas sobre o Impacto de Conflitos Armados sobre Crianças, Relatório da Perita da Secretaria-Geral, Sra. Graça Machel, também recomenda o reconhecimento formal das crianças-combatentes. “O reconhecimento oficial da participação de crianças em uma guerra é um passo essencial. . . sem este reconhecimento não pode haver um planejamento ou programação realmente eficazes.”⁷⁴ Estas opiniões, baseadas em exemplos passados de Angola e de outros países, questionam a viabilidade da atual estratégia de reabilitação.

O Banco Mundial está propondo uma iniciativa de U.S.\$180 milhões para dar assistência e reintegrar ex-combatentes da UNITA e das FAA em suas comunidades. Conhecido como o Programa de Desmobilização e Reintegração de Angola (PDRA), esta iniciativa inclui uma verba de US\$33 milhões aprovada pelo Banco em março de 2003.⁷⁵ Apesar do PDRA especificar que os combatentes menores de idade deverão receber assistência sob a forma de auxílio em casos de trauma e atendimento psicossocial, ele não faz nenhuma referência nem à forma de identificação destas crianças, nem à existência de moças soldados. No Apêndice Técnico do PDRA, o Banco demonstra seu reconhecimento de que, como as crianças-soldados não foram registradas nas áreas de agrupamento, o número proposto de beneficiários é desconhecido. A identificação de crianças-soldados nas áreas de agrupamento e transferência antes que estas sejam fechadas, e a informação sobre seu paradeiro depois que deixam os acampamentos pode ser a única forma de garantir que estas crianças recebam a assistência proposta no futuro. Também problemática é a afirmação no Apêndice Técnico de que “as FAA assumiram a responsabilidade primária pelo processo de desmobilização. . . e são elas as responsáveis por registrar, fazer a triagem e emitir documentos de identidade militar aos ex-combatentes que devem ser desmobilizados.”⁷⁶ No entanto, os rapazes e moças combatentes foram deixados à margem do processo de desmobilização e, a depender-se somente da FAA como responsáveis únicos pela implementação da desmobilização, corre-se o risco de que as crianças sejam novamente deixadas à margem do processo.

Os elementos necessários para criar e sustentar programas voltados a crianças-soldados já existem em Angola. Uma parcela substancial dos fundos resultantes da iniciativa e verbas do Banco Mundial poderia ser canalizada para dar assistência às crianças combatentes. O grupo organizado de proteção das crianças poderia fornecer a assistência técnica e profissional necessária para implementar corretamente os programas. No entanto, este tipo de cenário somente pode ter sucesso se houver um forte interesse e compromisso por parte do governo. O investimento em crianças e em suas comunidades por parte do governo é essencial para equilibrar as necessidades das crianças-soldados com as de todas as crianças e grupos vulneráveis de Angola.

⁷² Beth Verhey, “Child Soldiers Preventing, Demobilizing and Reintegrating” [Crianças-soldados: prevenção, desmobilização e reintegração], novembro de 2001, pág. 7.

⁷³ Unidade de Prevenção de Conflitos e Reconstrução, Departamento de Desenvolvimento Social, “Child Soldiers: Prevention, Demobilization and Reintegration” [Crianças-soldados: prevenção, desmobilização e reintegração], Rede de Desenvolvimento Ambiental e Socialmente Sustentável do Banco Mundial, maio de 2002, pág. 2.

⁷⁴ Nações Unidas, *Promotion and Protection of the Rights of Children Impact of Armed Conflict on Children* [Promoção e proteção dos direitos das crianças, impacto do conflito armado sobre as crianças] (Nova York: Publicação das Nações Unidas, 26 de agosto de 1996), A/51/306, pág. 19.

⁷⁵ Banco Mundial, *Technical Annex for a Proposed Grant of SDR 24 Million (U.S.\$ 33 Million Equivalent) to the Republic of Angola for an Angola Emergency Demobilization and Reintegration Project* [Apêndice técnico de proposta de verba de SDR\$24 milhões (equivalente a U.S.\$33 milhões) para o projeto de desmobilização e reintegração de emergência em Angola] (Documento do Banco Mundial: Relatório No. T7580-ANG, 7 de março de 2003), pág. 37.

⁷⁶ *Ibid.*, págs. 19, 31-32 e 42.

VII. O FUTURO

No futuro, eu gostaria de voltar a Huambo e à escola. Deveria estar agora na sexta classe da escola primária, porém o problema é que não há ninguém para me ajudar. Estou sozinho. Preciso de materiais escolares, cadernos, canetas e papel, mas não tenho dinheiro para comprá-los. Quem é que vai me ajudar?

—Luiz J., 3 de dezembro de 2002

Crianças ex-soldados entrevistadas para este relatório falaram de suas incertezas quanto ao futuro e quanto à possibilidade de sua reintegração à vida civil. Revelaram, por exemplo, seus sentimentos quanto à falta de reconhecimento pelo serviço que prestaram ao país e seus temores quanto ao encerramento dos acampamentos e à possibilidade de serem novamente abandonadas. Apesar dos programas já planejados atualmente poderem atender às necessidades de algumas, é possível que muitas outras não sejam assistidas devido à falta de recursos dedicados às crianças-soldados. Mais ainda, os planos para sua reintegração têm que ser coordenados com os atuais esforços para reconstruir Angola, ou então correm o risco de não serem mais eficazes. Problemas tais como a contaminação das minas, o retorno forçado das pessoas deslocadas e o mau estado da infra-estrutura de educação e saúde têm que ser tratados adequadamente para que os programas de reabilitação destas crianças tenham sucesso.

O número de minas terrestres em Angola atualmente é desconhecido. As agências da ONU estimaram que podem existir até 15 milhões de minas, ao passo que as organizações não governamentais envolvidas na remoção de minas, entrevistadas para este relatório, acreditam haver um pouco mais de 1 milhão delas.⁷⁷ Todos os parceiros e interessados concordam que a presença de minas terrestres em Angola continua a prejudicar o acesso humanitário, a reintegração dos refugiados e deslocados, e o re-assentamento de civis em suas comunidades de origem.

Durante a pesquisa para este relatório em novembro e dezembro de 2002, várias pessoas ligadas à área de assistência humanitária foram mortas e outras foram feridas em incidentes com minas, quando tentavam entrar em contato com populações deslocadas pela guerra. Nas províncias do Bié, da Huila e do Cuando Cubango, veículos que circulavam sobre estradas abertas pelo Governo acionaram minas e provocaram mortes e ferimentos de passageiros. Nestes casos, acredita-se que as fortes chuvas trouxeram à superfície minas antes enterradas mais profundamente, ou então que os veículos, ao tentar desviar-se de grandes poças criadas pelas chuvas, afastaram-se do caminho de terra seguro, de onde as minas haviam sido removidas. Outra pessoa da área humanitária, trabalhando nas áreas de agrupamento da província da Huila, relatou que três crianças que brincavam na periferia destas áreas tinham sido feridas em incidentes separados com minas desde junho de 2002. Ela acredita que a falta de informação precisa sobre a contaminação por minas e a falta de garantias de que as áreas de reassentamento estejam livres de minas continuam a prejudicar o processo de reassentamento.⁷⁸

Quase um terço da população de Angola estará se deslocando em 2003 e a contaminação de minas é um perigo constante para toda esta população e para todos os angolanos. Os refugiados estarão voltando ao país, dentro do programa de repatriamento, e o deslocados internos estarão se reassentando em suas comunidades de origem. Para a proteção dos deslocados internos, o governo de Angola integrou os Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos à legislação nacional e estabeleceu um mecanismo para sua implementação.⁷⁹ A comunidade internacional e especialmente o Escritório de Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA, em inglês) já atuaram com o fim de garantir que tais princípios sejam seguidos. Apesar destes esforços, os incidentes isolados de retorno forçado, em violação aos princípios, criaram incerteza quanto ao futuro de muitos residentes de acampamentos, inclusive crianças ex-combatentes. Na área de agrupamento Chicala I, na província

⁷⁷ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 7 de dezembro de 2002; ver David Hartley, “HALO Trust in Angola,” *Journal of Mine Action*, Número 6.2, 2002.

⁷⁸ Entrevistas da Human Rights Watch, Luanda, 25 e 26 de novembro, e Moxico, 2 de dezembro de 2002.

⁷⁹ Entrevista da Human Rights Watch, Luanda, 19 de novembro de 2002.

de Moxico, um líder de acampamento expressou sua preocupação sobre o fechamento da área de agrupamento Calala, na mesma província, e a falta de áreas de reassentamento para alguns combatentes da UNITA daquele acampamento.⁸⁰

As oportunidades educacionais e o acesso ao atendimento de saúde permanecem limitados para todas as crianças devido aos danos físicos às escolas, à falta de pessoal médico ou de ensino e à falta de materiais e medicamentos. Cabe ao governo a responsabilidade básica por garantir a implementação progressiva dos direitos das crianças à educação e ao mais alto padrão alcançável de saúde. A UNICEF está trabalhando junto ao Ministério da Educação e já estabeleceu um Programa de Oportunidades Educacionais que aumentará em 213.000 o número de crianças que freqüentam a escola em 2003, porém muitas outras ainda necessitam de assistência.⁸¹ A escola primária é gratuita, porém os custos dos materiais escolares e livros tornam a freqüência impossível para as crianças mais pobres e funciona como uma barreira ao ensino. Crianças ex-combatentes entrevistados pela Human Rights Watch queixaram-se de sua incapacidade para arcar com estes custos adicionais.

Para muitos angolanos, o acesso ao atendimento de saúde continua difícil devido ao custo exorbitante dos medicamentos e devido à falta generalizada de medicamentos e instalações médicas no país. As estatísticas apresentadas pelo Instituto Nacional de Estatística refletem esta falta. De cada 1.000 crianças, cerca de 250 morrem antes de atingir os cinco anos de idade e, destas, 150 morrem antes de um ano de idade.⁸² Apesar das taxas de infecção com o vírus do HIV/AIDS no país ainda serem baixas comparadas aos países vizinhos da região sul da África, esta taxa deverá elevar-se devido ao aumento de movimentação das populações, inclusive o retorno de pessoas deslocadas pelo conflito. Além disso, as mensurações tornar-se-ão provavelmente mais precisas e poderão revelar taxas mais altas do que as atualmente estimadas. Uma pessoa que trabalha na área de direitos das crianças em Luanda informou-nos que em levantamentos informais realizados nas áreas rurais, mais de metade da população não demonstrou estar consciente do HIV/AIDS como uma doença. Todos estes fatores parecem sugerir que o HIV/AIDS poderá vir a constituir-se em grave problema de saúde em Angola, país que já tem que enfrentar as dificuldades de um sistema de saúde inadequado.

VIII. NORMAS LEGAIS

Sob a Constituição de Angola, é proibido o recrutamento de soldados com menos de 18 anos de idade.⁸³ Além disso, Angola é signatária da Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, a qual proíbe o recrutamento de crianças com menos de 18 anos e, junto à Convenção sobre os Direitos da Criança, obriga os governos a tomar providências para a proteção, atendimento e recuperação de crianças vítimas de conflitos, inclusive crianças-combatentes. Os programas existentes de desmobilização que atendem aos adultos violam o princípio básico de não discriminação estabelecido pelo Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP), ratificado por Angola em 1992. Finalmente, tanto sob a Convenção sobre os Direitos da Criança e a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança, Angola já reconheceu o direito de uma criança aos mais altos padrões de educação e saúde.

O decreto de Angola de 1996 sobre a aplicabilidade do serviço militar estabelece que a idade mínima para o recrutamento voluntário é de 18 anos para os homens e 20 anos para as mulheres.⁸⁴ Apesar da Human Rights

⁸⁰ Entrevista da Human Rights Watch, Moxico, 4 de dezembro de 2002.

⁸¹ Agência de Imprensa de Angola, "Some 210,000 Children in the Teaching System This Year" [Cerca de 210.000 crianças no sistema de ensino este ano], 4 de março de 2003 [online], <http://allafrica.com/stories/200303040544.html> (consultado em 5 de março de 2003).

⁸² Agência de Imprensa de Angola, "250 Children Out of 1000 Die Before Five" [De cada 1000 crianças, 250 morrem antes de atingir 5 anos], 25 de janeiro de 2003 [online], http://www.unfoundation.org/unwire/util/display_stories.asp (consultado em 27 de janeiro de 2003).

⁸³ "O serviço militar é obrigatório. A lei define as formas do seu cumprimento." Lei Constitucional da República de Angola, art. 152(2). Quanto ao recrutamento à idade de 20 anos, ver Lei 1/93. Quanto à idade de 18 anos para o serviço voluntário, ver Decreto No. 40/96, 13 de dezembro de 1996.

⁸⁴ Ibid.

Watch não ter recebido nenhum relatório de que Angola estivesse recrutando ativamente soldados menores de idade, existe a preocupação de que as crianças usadas nos últimos anos da guerra possam ainda estar servindo nas FAA. O governo deve continuar a desmobilizar as crianças que serviram nas FAA e garantir que ninguém com menos de 18 anos esteja fazendo serviço militar, conforme estipula a lei nacional.

O estabelecimento dos 18 anos como idade mínima de recrutamento é reforçado pela Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar da Criança. O artigo 22 estabelece que as partes interessadas devem tomar todas as providências para garantir que nenhuma criança participe das hostilidades, além de comprometerem-se a não recrutar nenhuma criança. Estabelece ainda que os “estados partícipes... tomarão todas as medidas viáveis para garantir o cuidado e proteção das crianças afetadas por conflitos armados”.⁸⁵ Texto semelhante sobre o cuidado e recuperação de crianças usadas na guerra, bem como uma proibição do envolvimento de pessoas com menos de 18 anos nas hostilidades, podem ser encontrados no Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Crianças relativo à Participação de Crianças em Conflitos Armados. Angola ainda não ratificou este importante protocolo internacional.

A proteção de crianças afetadas por conflito armado é abordada ainda na Convenção dos Direitos das Crianças. Angola ratificou esta convenção em 1990, mas ainda não apresentou os relatórios atrasados ao Comitê dos Direitos das Crianças, o qual foi estabelecido para examinar o progresso e as ações tomadas pelos estados para cumprir suas obrigações sob a convenção. O artigo 38 exige que os Estados partes tomem as medidas apropriadas “para promover a recuperação psicossocial e a reintegração social de uma criança vítima de . . . conflitos armados.”⁸⁶ Em comentário sobre o artigo 39, o comitê “recomenda que o Estado partes estabeleça o mais rápido possível um programa abrangente e de longo prazo de assistência, reabilitação e reintegração”. Esta recomendação foi posteriormente reforçada em uma interpretação do artigo 38, a qual exige a desmobilização, reabilitação e reintegração de crianças combatentes.⁸⁷

Angola também participa da Convenção No. 182 da OIT, a Convenção Relativa à Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, a qual identifica o recrutamento compulsório de crianças para serem utilizadas em conflitos armados como uma das piores formas de trabalho infantil. Nos termos do artigo 7, os Estados devem “tomar medidas eficazes e em tempo hábil para fornecer a assistência direta necessária e apropriada para remover as crianças das piores formas de trabalho infantil e para sua reabilitação e integração social” e “levar em consideração a situação especial das crianças do sexo feminino”.⁸⁸ Os programas existentes de reabilitação baseados na comunidade que não identificam ou tratam das necessidades específicas das crianças-soldados e das crianças do sexo feminino em particular, poderão deixar insatisfeitas as obrigações do artigo 7 desta convenção, bem como do artigo 38 da Convenção sobre os Direitos das Crianças.

Juntos, os artigos 2, 3 e 26 do PIDCP definem a não discriminação como um princípio básico e geral de proteção dos direitos humanos. Os programas de desmobilização estabelecidos depois do Memorando de Entendimento de 2002 discriminam rapazes e moças de até 17 anos que realizaram as mesmas tarefas e merecem os mesmos privilégios e reconhecimento que os de 18 ou mais anos. Apesar do Pacto não proibir expressamente a discriminação por motivo de idade, o Comitê sobre Direitos Cívicos e Políticos interpretou que o termo discriminação “deveria ser entendido como qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência sob qualquer motivo... e que tenha a finalidade ou efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício por todas as pessoas, em condições iguais, de todos os direitos e liberdades”. O comitê comentou ainda que “a

⁸⁵ Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar das Crianças, artigo 22. Angola ratificou a carta em 1992.

⁸⁶ Convenção sobre os Direitos da Criança, artigo 39.

⁸⁷ Comentários do Comitê sobre os Direitos da Criança no artigo 39, Serra Leoa, IRCO, Ad. 116, para. 74. Ver os Comentários ao Artigo 8, Serra Leoa, IRCO, Ad. 1.

⁸⁸ Convention ILO 182 – Convenção Relativa à Proibição e Ação Imediata para a Eliminação das Piores Formas de Trabalho Infantil, Artigo 7, 17 de junho de 1999.

legislação... adotada por estado partícipe... deve atender à exigência do artigo 26 de que seu conteúdo não seja discriminatório”.⁸⁹

Estas proibições de todas as formas de discriminação não significam que toda forma de distinção é proibida. Como comentou o Comitê de Direitos Humanos, “nem toda diferenciação de tratamento constitui discriminação, se os critérios de tal diferenciação forem razoáveis e objetivos”.⁹⁰ Mas, no caso da desmobilização em Angola, não parece razoável distinguir entre grupos que de outra forma seriam similares, exclusivamente por motivo de idade. Ao contrário, pode-se argumentar que deveriam ser criados programas adicionais para as crianças tendo em vista sua maior necessidade de assistência.

A frequência à escola primária em Angola é um pouco superior a 50% e muitas crianças não têm nenhum acesso ao atendimento mais básico de saúde, depois de décadas de guerra civil que arrasaram o interior do país.⁹¹ É necessária a aplicação de fundos do governo nestas áreas para permitir que Angola cumpra sua promessa de atingir uma situação de educação gratuita e compulsória e serviços básicos de saúde, conforme estipula a Carta Africana sobre os Direitos e Bem-Estar das Crianças e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

IX. CONCLUSÃO

No caso do Governo, eles falam de uma boa vida social para todos, talvez se pudessem combinar a teoria com a prática seria realmente uma vida muito boa.

—Carlos B., criança ex-combatente da UNITA, 3 de dezembro de 2002

*A abordagem gradual e fragmentada da estabilização e reforma econômica que estava sendo seguida [pelo Governo] não era suficiente e ajudaria muito pouco aos 70% da população angolana que vive na pobreza.*⁹²

—Relatório do Corpo Técnico do FMI, 18 de março de 2002

Rapazes e moças de Angola lutaram na guerra civil que assolou o país durante décadas; no entanto, até agora, eles não receberam nenhuma assistência formal dos programas de desmobilização. Os programas existentes para adultos discriminam as crianças que realizaram as mesmas tarefas dos adultos e, portanto, constituem uma violação da obrigação do Governo de cuidar da recuperação e reabilitação das crianças. Os planos atuais de reabilitação baseada na comunidade e na família têm pouca probabilidade de atender às necessidades das crianças ex-combatentes, as quais correm o risco de serem esquecidas, sobretudo as moças. O Governo tem que dar assistência a estas crianças por meio de uma programa de desmobilização, com a ajuda da comunidade internacional. Estes programas devem ser adaptados para ajudar especificamente a reintegrar crianças ex-combatentes à comunidade, sem no entanto criar estigmas ou desigualdades com outras crianças afetadas pela guerra. Prioridade deve ser dada pelo Governo aos investimentos em serviços sociais, cumprindo suas obrigações sob tratados internacionais e garantindo o sucesso desses programas.

⁸⁹ Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, artigos 2, 3 e 26. Ver Comitê dos Direitos Civis e Políticos, *Comentário Geral 18, Não-Discriminação*, parágrafos 7 e 12, Doc. da ONU HRI\GEN\Rev.1 em 26 (1994).

⁹⁰ Comitê de Direitos Humanos, *Comentário Geral 18, Não-Discriminação*, parágrafos 13, 37a. sessão, 1989.

⁹¹ UN Wire, *Angola: UNICEF Study Finds 25 Percent Mortality Among Children Under 5* [Angola: Estudo da UNICEF Constata 25% de Mortalidade Entre Crianças com Menos de 5 Anos], 24 de janeiro de 2003.

⁹² Fundo Monetário Internacional, *Angola: Staff Report for the Article IV Consultation* [Angola: Relatório do Pessoal para a Consulta do Artigo IV], 18 de março de 2002, pág. 14, (cópia arquivada em Human Rights Watch).

RECONHECIMENTOS

Este relatório resulta de pesquisas realizadas em Angola em novembro e dezembro de 2002 por Tony Tate e Michael Bochenek, pesquisadores da Divisão de Direitos das Crianças da Human Rights Watch. O relatório foi escrito por Tony Tate e revisto por Michael Bochenek e Lois Whitman, Diretora Executiva da Divisão de Direitos das Crianças. Peter Takirambudde, Andrea Lari e Nadejda Marques, da Divisão da África, forneceram comentários. Análise adicional foi oferecida por Arvind Ganesan, Diretor de Empresas e Direitos Humanos. Wilder Tayler, Diretor Jurídico e de Políticas, e Joe Saunders, Diretor Adjunto de Programas, também reviram o relatório. Dana Sommers e Colin Relihan, funcionários da Divisão de Direitos das Crianças, forneceram assistência inestimável de produção. Reginaldo Alcantara traduziu o relatório do inglês ao português.

Queremos agradecer antes de mais nada às muitas crianças das áreas de agrupamento e comunidades de base por compartilhar suas histórias conosco. Sem sua assistência, este relatório não teria sido possível. Gostaríamos de agradecer a cada uma delas fazendo referência ao seu nome, mas isto colocaria em risco sua segurança. Gostaríamos também de agradecer aos adultos tanto de dentro como de fora dos acampamentos, que forneceram valiosas informações de fundo sobre suas experiências e sobre as crianças na guerra.

Para podermos realizar nossas pesquisas nas áreas da UNITA, foi essencial contar com a assistência de autoridades governamentais e militares das províncias e líderes dos acampamentos nas áreas de agrupamento. Um agradecimento especial deve ser feito aos membros do clero com os quais nos reunimos e que permitiram nosso acesso a muitas crianças. Seu trabalho e dedicação aos direitos das crianças de Angola foram fonte de estímulo e encorajamento para nós. Agradecemos às muitas pessoas que concordaram em falar conosco, inclusive líderes civis da sociedade, ONG's nacionais e internacionais, e membros da imprensa. Também queremos agradecer aos representantes do Ministério da Assistência e Reinserção Social (MINARS) e do Instituto Nacional da Criança (INAC) em Luanda por nos receber.

Human Rights Watch reconhece e agradece à NOVIB pelos fundos fornecidos para o trabalho sobre Angola. Queremos agradecer também à Oak Foundation e Independence Foundation por seu apoio geral ao nosso trabalho sobre os direitos das crianças.

Human Rights Watch
Divisão de Direitos das Crianças

Human Rights Watch dedica-se à proteção dos direitos humanos dos povos do mundo inteiro.

Erguemo-nos às vítimas e ativistas para impedir a discriminação, apoiar a liberdade política, proteger as pessoas dos comportamentos desumanos em tempo de guerra e trazer os culpados à justiça.

Investigamos e divulgamos as violações dos direitos humanos e responsabilizamos quem as cometer.

Incitamos governos e outras entidades no poder a pôr fim a práticas abusivas e a respeitar a legislação internacional dos direitos humanos.

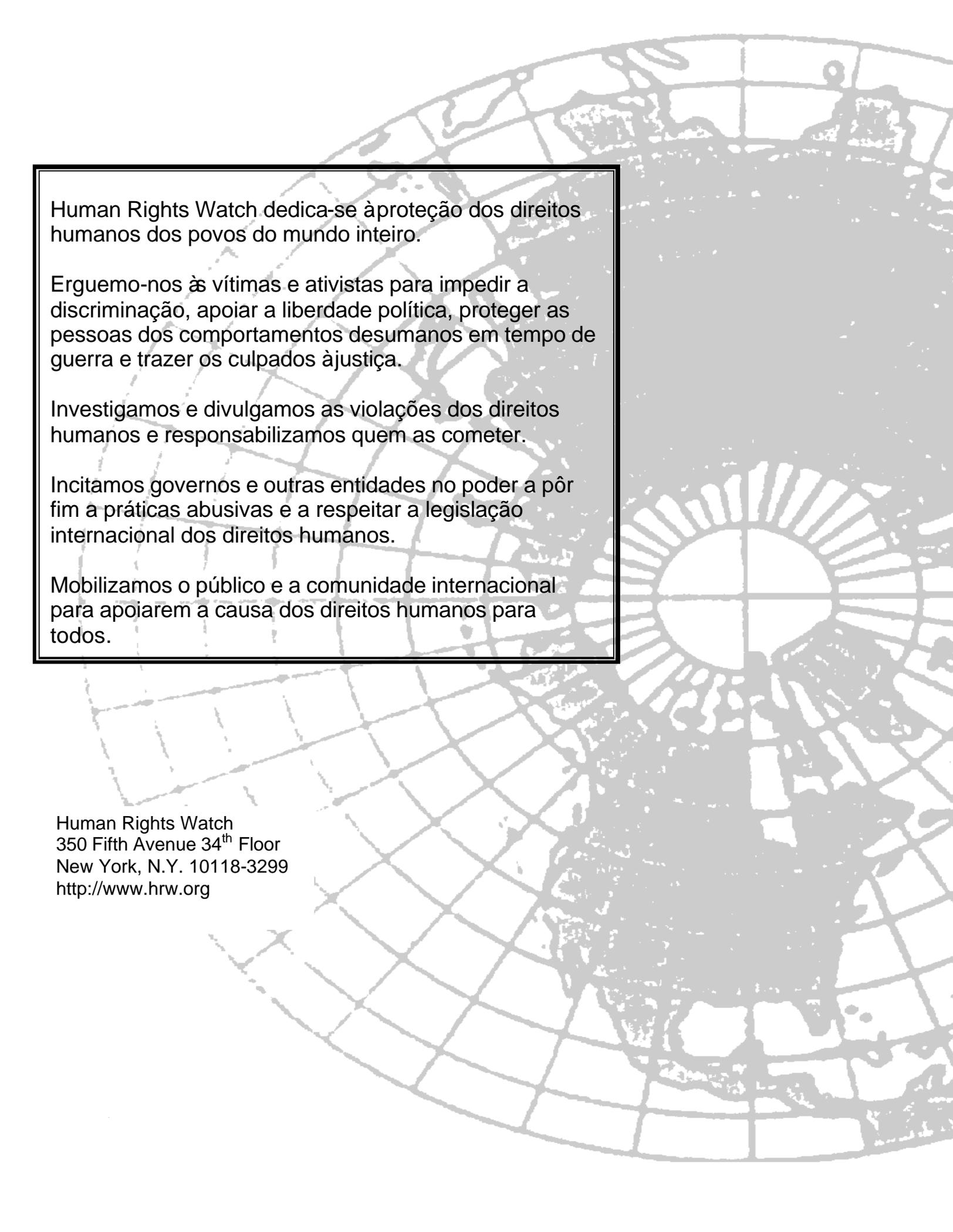
Mobilizamos o público e a comunidade internacional para apoiarem a causa dos direitos humanos para todos.

Nosso quadro de pessoal inclui: Kenneth Roth, diretor executivo; Michelle Alexander, diretora de desenvolvimento; Carroll Bogert, diretora de comunicações; A. Widney Brown, diretora adjunta de programas; John T. Green, diretor de operações, Barbara Guglielmo, diretora financeira; Lotte Leicht, diretora em Bruxelas; Iain Levine, diretor de programas; Patrick Minges, diretor de publicações; Rory Mungoven, diretor de planificação e estratégia; Maria Pignataro Nielsen, diretora de recursos humanos; Dinah PoKempner, diretora jurídica; Joseph Saunders, diretor adjunto de programas; Wilder Tayler, diretor legal e de políticas; e Joanna Weschler, representante nas Nações Unidas. Jonathan Fanton é o presidente do Conselho. Robert L. Bernstein é o presidente fundador.

Sua Divisão de Direitos das Crianças foi fundada em 1994 para monitorar e promover os direitos humanos de crianças do mundo inteiro. Lois Whitman é a diretora executiva; Jo Becker é diretora de planificação e estratégia; Michael Bochenek e Zama Coursen-Neff são assessores jurídicos; Clarisa Bencomo e C. Anthony Tate são pesquisadores; e Dana Sommers e Colin Relihan são funcionários. Jane Green Schaller é presidente e Roland Algrant vice-presidente do Comitê Consultivo.

Endereço do website Address: <http://www.hrw.org>

Endereço Listserv: Para receber o boletim de notícias da Human Rights Watch por e-mail, inscreva-se no HRW news listserv enviando um e-mail em branco para hrw-news-subscribe@topica.email-publisher.com



Human Rights Watch dedica-se à proteção dos direitos humanos dos povos do mundo inteiro.

Erguemo-nos às vítimas e ativistas para impedir a discriminação, apoiar a liberdade política, proteger as pessoas dos comportamentos desumanos em tempo de guerra e trazer os culpados à justiça.

Investigamos e divulgamos as violações dos direitos humanos e responsabilizamos quem as cometer.

Incitamos governos e outras entidades no poder a pôr fim a práticas abusivas e a respeitar a legislação internacional dos direitos humanos.

Mobilizamos o público e a comunidade internacional para apoiarem a causa dos direitos humanos para todos.

Human Rights Watch
350 Fifth Avenue 34th Floor
New York, N.Y. 10118-3299
<http://www.hrw.org>